



INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE EGAS MONIZ

MESTRADO EM PSICOLOGIA FORENSE E CRIMINAL

PERCEÇÃO DAS QUESTÕES DE GÉNERO EM CONTEXTO POLICIAL: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Trabalho submetido por
Joana Filipa Coelho Pinheiro
para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Trabalho orientado por
Professora Doutora Cristina Soeiro

Outubro de 2013



Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz

Mestrado em Psicologia Forense e Criminal

Perceção das questões de género em contexto policial:
Um estudo exploratório na Polícia de Segurança Pública

Trabalho submetido por

Joana Filipa Coelho Pinheiro

Para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal

Orientado por:

Professora Doutora Cristina Soeiro

Outubro de 2013

“A morte do homem começa
no instante em que ele desiste de aprender”

Albino Teixeira

Agradecimentos

Aos meus pais por aquilo que hoje sou, resultado do amor irrefutável, do apoio incondicional e do exemplo de vida.

Ao Rafael pela ternura e afeto genuínos.

Ao Bruno pela paciência, carinho e apoio inquantificáveis.

À minha Orientadora, Professora Doutora Cristina Soeiro, pela prudente e perspicaz orientação de disciplina, moralidade, profissionalismo e pelo apoio absoluto em todas as dificuldades acrescidas. E por ter sido a base de suporte de paciência, compreensão e apoio nos momentos de maior fragilidade fazendo-me entender que cada dificuldade tem de ser encarada como um desafio ao qual vencerei sempre que a certeza seja, de que dei o meu melhor.

A todos os meus colegas de Mestrado, que permitiram fazer deste ciclo de formação uma das melhores fontes de enriquecimento, tanto profissional como pessoal, cuja partilha fomentou o significado de um verdadeiro grupo de trabalho.

Ao Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, pelo complemento de formação acadêmica.

Resumo

A sociedade que outrora assumiu como elemento integrante o sexo masculino, passa a ser alvo de inúmeros estudos e culmina naquilo a que hoje chamamos de diferenciação de sexos, implicando a aceitação do género feminino em instituições tradicionalmente masculinas como é o caso da Polícia. Assim, surgiu o interesse em fazer um estudo exploratório qualitativo com o propósito de analisar a percepção das questões de género no trabalho de Polícia a 80 elementos pertencentes à Polícia de Segurança Pública. Foi elaborado um questionário de questões abertas, e após uma análise de conteúdo de onde derivaram as categorias que permitiram fazer a análise estatística, os resultados evidenciaram semelhanças na percepção dos elementos policiais em relação aos colegas do sexo oposto, assumindo que as mulheres, equitativamente aos homens, a capacidade de desempenhar, talqualmente, o cargo policial.

Palavras Chave: Trabalho de Polícia, percepção social

Abstract

The society that once took as integral male, becomes the target of numerous studies and culminates in what we now call gender differentiation, implying the acceptance of females in traditionally male institutions such as the police. Thus, arise the interest in making a qualitative exploratory study in order to analyze the perception of gender issues in the work of the 80 Polices belonging to the Public Security Police. It was developed a questionnaire with open-ended questions, and after a content analysis, from which derived the categories allowed to do statistical analysis, the results showed similarities in the perception of police elements in relation to her male peers, assuming that women, equitably to men, have the same ability to play the police role.

Keywords: police work, social perception

Índice

Introdução	10
Breve apreciação sobre os conceitos de género e a percepção social	12
Evolução do conceito de Género.....	12
Percepção social e das organizações da Polícia	14
Características do trabalho de Polícia	16
Componente operacional do trabalho de Polícia	18
Componente organizacional do trabalho de Polícia	19
Componente extrínseca ao trabalho de Polícia	21
Mulheres e homens no trabalho de Polícia.....	23
Objetivos.....	29
Metodologia	30
Participantes.....	30
Instrumento	31
Procedimento.....	32
Resultados.....	35
Discussão.....	47
Conclusão.....	51
Referências	53

Índice de Ilustrações

Gráfico de dispersão 1 - Configuração topológica das variáveis em estudo considerando o género como variável suplementar	43
Gráfico de dispersão 2- Configuração topológica das variáveis em estudo considerando a divisão, idade e tipo de trabalho como variáveis suplementares	46

Índice de tabelas

Tabela 1 Perguntas do questionário organizadas por áreas do trabalho de Polícia	35
Tabela 2 Respostas dos participantes organizadas para a componente operacional	36
Tabela 3 Respostas dos participantes para a componente organizacional	39
Tabela 4 Respostas dos participantes organizadas para a componente extrínseca	39
Tabela 5 - Dimensões em estudo	41

Introdução

O embate dos sexos, na disputa pelas posições de poder social, vem suscitando ao longo da história o olhar e atenção de interessados, estudiosos e demagogos que se debruçam nesta matéria pretendendo obter uma solução final que, paradoxalmente, apresente e represente a transversalidade inerente a uma condição social em permanente evolução.

A luta da mulher pelos seus direitos, vigorada ao longo dos tempos, permitiu uma expansão da mentalidade social e há envolvimento desta em meios até então tipicamente restritos ao sexo masculino, como é o caso das forças de segurança pública, onde se denota um acentuado progresso no que respeita a entrada da mulher.

Sendo o contexto policial considerado um dos mais masculinizados pela sociologia das profissões e os estudos acerca das questões de género neste contexto revelarem-se escassos, surge o interesse em fazer um trabalho que oferecesse um crescimento sucinto no que respeita a percepção das questões de género na Polícia de Segurança Pública. Este trabalho é proposto para a obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Forense e Criminal do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz.

Assim, propõe-se a realização de uma aproximação, tanto mais clara, concisa e objetiva, numa perspectiva de estudo que se quer minuciosa e ciente da necessidade de revisão sistemática da matéria até então publicada, com vista a uma interpretação que se quer intuitiva e coerente.

O trabalho bissestar-se-á em duas componentes fulcrais: no primeiro estágio, propõe-se a uma revisão de literatura, contextualizando-se a problemática, fazendo uma revisão a conteúdos bibliográficos tidos como referência, designadamente nas áreas da do trabalho de Polícia e percepção social, procedendo-se à sua pesquisa e respetiva explicação, não descurando a análise de trabalhos, publicações e artigos de revistas científicas cuja temática releve para a presente Dissertação.

Num segundo estágio, que complementa e suporta o primeiro a partir do desenvolvimento de um questionário que tende em dar resposta “a questões relevantes, cujas resposta não [se] encontra na documentação disponível ou, tendo-a encontrado, não lhe parece fiável” (Carmo e Ferreira , pp. 231, 2009).

Com a confluência destes dois métodos, fomenta-se uma investigação que “não seja puramente nem somente interpretativa. A sua essência será emancipar, criticar e identificar” (Freixo, s.d.). Para tal, pretende-se explicar e os conceitos, com base em ideias vigentes, de modo a salvaguardar uma sustentação teórica coerente, suscetível de se coadunar com o resultado dos questionários.

No tocante à estrutura do trabalho, esta compreende uma estrutura clássica - Introdução, Desenvolvimento e Conclusão, em favor da simplicidade, clareza e fundamentação metodológica (Santo, 2010). Tanto a primeira como a última receberão estas mesmas designações, sendo que a Desenvolvimento se organizará em três capítulos estreitando-se do geral para o particular.

Concluindo, numa primeira fase será feito um enquadramento geral, abordando sumariamente o conceito de género, de onde se partirá para uma análise do trabalho de polícia em si cabendo e, por último, cabe analisar a influência do género no trabalho de polícia. Concluir-se-á por fim esta investigação com base nos resultados obtidos.

Breve apreciação sobre os conceitos de género e a percepção social

Evolução do conceito de Género

Vários estudos trazem à colação diversas abordagens para explicar a formação das identidades de género e os papéis sociais baseados nessas mesmas identidades. Alguns deles dão maior relevo às influências sociais, outros salientam a análise das diferenças de género *per si*.

Antes da análise dos estudos existentes acerca das perceções de género em contexto policial a que este trabalho tem como objeto de estudo, é indispensável a alusão à distinção dos conceitos de sexo e género para uma melhor compreensão da matéria em estudo.

Dos estudos escritos ao longo dos tempos acerca das questões de género depreende-se que terá sido a partir de meados do século XVIII que se assume haver o registo de dois sexos – o feminino e o masculino, entendido, até então, como apenas um – o masculino, sendo a mulher considerada como um macho incompleto (Laqueur, 1994).

Delineando, de forma precisa, a sustentabilidade das diferenças de género denota-se que, na sua generalidade, o termo *sexo* aplica-se às diferenças anatómicas e fisiológicas que definem particular e objetivamente o corpo da mulher e do homem. Por sua vez, o termo *género* estende-se às dissemelhanças psicológicas, sociais e culturais entre indivíduos de ambos os sexos, promotores das interpretações socialmente construídas de masculinidade e feminilidade que, não sendo necessariamente um produto direto do sexo biológico de um indivíduo os influencia continuamente (Diamond, 2002).

A distinção destes dois conceitos é imprescindível para a compreensão da perspetiva em que, pessoas com anatomia pertencente à mulher podem sentir-se masculinas e indivíduos fisiologicamente homens podem sentir-se femininos (Amância, 1994). Robert Stoller (1968), Linda Nicholson (2000) e Joan Scott (1995), três nomes cujos estudos representam pilares nas teorias de género, defendem a ótica de que o que é biologicamente dado pode surgir em oposição ao que é socialmente construído influenciando assim, diretamente, as relações entre os sexos. Não obstante, “o género enfatizava igualmente o aspeto relacional das

definições normativas da feminidade” (Scott, 1995, p.78) cujo corolário assentou só numa metamorfose dos padrões morais do conhecimento tradicional como, e não menos meritório, na evolução de uma perspetiva em que as mulheres e os homens são definidos em termos recíprocos não podendo ser entendidos isoladamente (Scott, 1986).

Desde cedo somos influenciados, e até incisivamente direcionados para aquilo a que, irrevogavelmente se assume como sendo a nossa presumível orientação sexual. Esta inferência de padrões dominantes de cada género configuraria tipificações limitativas ao que seria pertinente, ao homem e à mulher, num dado contexto social (Biaggio, 1976).

Inexoravelmente, a aprendizagem da diferenciação de papéis começa por ser, de forma subtil e quase instintiva, expressa desde a infância, não apenas pela preponderância da psicologia social ou observação direta das referências do mesmo sexo mas, conjuntamente, pela influência assumida mediante familiares, sendo mais tarde homologada na escola e consubstanciada através dos meios de comunicação social (Berger, 1978) o que propicia uma aprendizagem de atitudes e comportamentos típicos de cada sexo (Kohlberg, 1966; Bandura, 1971; Diamond, 2000)). Assim, e na ótica das representações sociais culturalmente esperadas e socialmente aceites, aos rapazes seriam incutidas competências de cariz mais instrumental, primordialmente para estimular a capacidade para a ação, assumindo-se como mais fortes, independentes, agressivos, competentes e dominantes, já as raparigas seriam persuadidas para uma dimensão mais expressiva e emotiva e tendiam a ser mais dependentes, sensíveis, afetuosas e aptas a suprimir os seus impulsos agressivos e sexuais (Parsons, 1964 e Biaggio, 1976). Domina, desde muito cedo, aquilo que, *a posteriori*, Scott (1995) e por sua vez Filho (2005) vieram exhibir como consciência das diferenças sexuais e da sua própria organização social.

No que ressalva às questões de género relativas ao contexto policial, Dowler e Bruce (2008) procuraram nos seus estudos avaliar os níveis de stress nas diferenças de género e determinar o impacto desta discriminação em elementos policiais, também Wertsch, (1998) se revelou curioso face a este tema. As conclusões declararam –se antagónicas. Ou seja, os primeiros sugerem que elementos do sexo feminino experimentam níveis mais elevados de stress e o segundo conclui que os elementos policiais do sexo masculino experienciam maiores níveis de stress, exaustão emocional e insatisfação.

Em conclusão, um conjunto de normas, valores e expectativas sociais influenciam a identidade de género que cada ser humano batalha por conquistar. Sendo esta identidade posteriormente adquirida que permite a distinção dos papéis de masculinidade e feminilidade, tão comuns nos dias de hoje (Lorber, 2010).

Foi explanada até então, uma breve contextualização relativa à designação do conceito de género e, particularmente alusiva aos diferentes papéis sociais.

Percepção social e das organizações da Polícia

Presentemente, dado que o objeto principal deste estudo passa pela abordagem ao conteúdo das percepções, torna-se igualmente imprescindível, revigorar o conceito de percepção social para um melhor entendimento da matéria em estudo. Sendo este, um processo mental, no qual a informação sensorial é disposta e introduzida significativamente (Bastos, 2000 citado por Bartilotti, Scopel & Gamba, 2006 9; Horta, Mendes&Oliveira, 2009 21).

Associada à percepção encontra-se a atenção sendo este mecanismo de seleção, que nos permite reagir a determinadas situações, ao invés de outras, este processo é seletivo, dada a quantidade de informação que o indivíduo recebe. (Horta, Mendes&Oliveira, 2009).

De forma generalizada a percepção social consiste na formação de impressões acerca dos outros, diretamente influenciadas pelo contexto social em que a pessoa está inserida (Horta, Mendes&Oliveira, 2009).

O conceito de percepção surge através do trabalho de Sternberg (2000), como um “conjunto de processos pelos quais reconhecemos, organizamos e entendemos as sensações recebidas dos estímulos ambientais e abrange muitos fenómenos psicológicos” (Sternberg, 2000, pp.110). O autor define duas teorias determinantes, ambas explicadas como antagónicas e claramente influenciadas pela psicologia da *Gestalt*: a percepção construtiva e a percepção direta.

Na primeira, definida como percepção racional ou inteligente, o indivíduo concilia o que sabe, o que sente e as inferências ou deduções com base na experiência e no que conhece (Sternberg, 2000). Ou seja, o sujeito explora a percepção de um estímulo usando as informações sensoriais para fundamentar a estrutura, reforçando-o com fontes de informação externas

Por sua vez, a percepção direta é representada pelas informações dos recetores sensoriais, incluindo o ambiente (Sternberg, 2000, pp.125).

Tendo em conta que o âmbito policial é o objeto fulcral deste trabalho torna-se indispensável, aquando a referencia às questões da percepção social, evidenciar esta percepção relativa às organizações policiais. E, nesta perspetiva, denota-se ainda muito diminuto o trabalho existente acerca da percepção social das organizações policiais e Portugal fica aquém quando comparado com a Inglaterra ou os Estados Unidos, onde existe, desde há muito, um vasto campo de pesquisas nesta área (Ivkovic, 2008). Trata-se de um assunto complexo uma vez que a polícia não se faz representar por uma entidade isolada, mas sim, como parte integrante da sociedade na qual um grande número de fatores sociais poderá ter inferência na forma como os cidadãos consideravelmente percecionam, a Polícia.

Estudos contínuos têm apontado diferentes fatores intervenientes na formação dessa percepção que, não obstante, na sua maioria se representam como inconclusivos. No entanto, a experiência pessoal destaca-se como um aspeto de vigoroso impacto sendo representativa, não somente do possível contacto que o indivíduo tem ou teve durante sua vida com a Polícia como, e não menos meritório, do conhecimento pessoal abrangido pelas informações, experiências de conhecidos ou meios de comunicação social (Lopes, 2010; Brown, 1998).

Características do trabalho de Polícia

Principia-se este capítulo com a indispensável alusão à análise das características do profissional de polícia, tendo presente as questões associadas à ordem pública e por consequência ao funcionamento de uma polícia uniformizada.

O elemento policial, que se faz representar por uma figura de autoridade surge, no campo da sociologia das profissões, como uma categoria social e profissionalmente construída. Não obstante, pelo facto daquele se fazer representar por uma Instituição, coaduna-se na perspetiva em que, numa dada instituição os elementos pertencentes à mesma são encobertos, como que por uma maré de influências, frutos das expressões da rotina de trabalho, que propicia a partilha de aprendizagens, a perspetivar o mundo exterior de forma muito semelhante (Bretas, 1997) e à formação de padrões de comportamentos coadjuvantes (Torrente, 1997) criando o *habitus* (Bourdieu, 2007) ou seja, posturas e comportamentos análogos, de forma quase inconsciente Estes padrões, apreendidos e adquiridos por força da influência e da rotina são também uma estratégia de adesão às condições de trabalho e aos valores da instituição, permitindo assim que muitos elementos policiais, desprovidos de uniforme, sejam identificados por características básicas tais como o modo de vestir, o andar ou até o falar (Sacramento, 2007).

Revela-se curioso que, no trabalho de pesquisa feito para este estudo acerca do conceito de caserna policial, existiu sempre, por parte dos autores, um persistente interesse na compreensão do porquê dos agentes expressarem opções na “caserna” que poderão ser consideradas ofensivas aos valores liberais e democráticos das atuais sociedades ocidentais, bem como a compreensão da influência de tais opções no comportamento. E a razão deste facto, que se revelou como mais justificativa, vai de encontro ao conceito de cultura policial e às suas características.

O conceito de cultura policial que surge a partir de estudos etnográficos acerca dos trabalhos de rotina leva ao que foi referido anteriormente já que, ressalva uma camada de profissionais que atuam segundo normas e valores informais e, não obstante, que operam sob a estrutura rígida e hierarquizada das organizações da Polícia. Não menos meritória,

surge a perspectiva de Bourdieu (1989) que explica a prática cultural como resultado da interação entre disposições culturais (*habitus*) e posições estruturais (campo), situando a cultura policial no contexto predominantemente social e político e designando-a como a principal responsável pela má conduta da Polícia (Fitzgerald Report, 1989).

Na literatura surgem inúmeras críticas relativamente à conceptualização da cultura policial fazendo-se eleger, não somente, pela falta de definições existentes de cultura policial para explicar a diferenciação interna e as diferenças jurisdicionais mas também pela passividade implícita no processo de aculturação por parte dos elementos e, não menos relevante, pelo isolamento que resulta do contexto social, político, jurídico e organizacional da Instituição policial (Slovak, 1986).

Ainda relativo à subcultura policial, não pode deixar de ser referido que existem incongruências no modo de policiamento nas diferentes sociedades, afirmando que essas variações são perfeitamente explicáveis em termos das estruturas e tradições das próprias sociedades. Nesta questão da subcultura, alvo de inúmeras investigações e teorizações, suprimindo qualquer intensão corroborada por influência social particulariza-se a perspectiva de Waddington (1998) especificando o pressuposto de que, a Polícia tem uma subcultura ocupacional distinta e particular. Este autor, debruça assim os seus estudos nesta questão e, para tal, recai sobre uma compreensão sistemática analisando os pontos fulcrais desta realidade iniciando, primordialmente, uma bifurcação da subcultura policial entre a caserna, a atuação na rua e a forma como estas se influenciam reciprocamente, enumerando um conjunto de características que, *a priori*, poderiam ser encaradas como distintivas desta subcultura: sentido de corpo e de missão, desejo de ação e agitação, divisão em relação à sociedade, solidariedade mútua entre agentes, conservadorismo autoritário e o cinismo.

Contrariamente, e como forma de negação destas características distintivas, afirmando que a subcultura policial se representa por um conjunto comum de valores, crenças e atitudes dentro de um contexto policial, Waddington (1998) defende não ser meramente porque os polícias exibem traços comuns entre si que tal indicação devesse ser apontada como distintiva ou singular da sua subcultura. Neste sentido, encontra-se como que uma desculpabilização daquelas características que se poderiam estabelecer como definidoras. Sendo assim, e destacando dois dos pontos em estudo, alvos de maior controvérsia, sublinha-se que, relativamente ao desejo de ação e agitação, sobretudo

evidente na ilusão coletiva de que a Polícia e os seus elementos servem principalmente para combater o crime, assentando-se que essa ilusão visa legitimar audiências externas por parte do público e, mais do que isso, sustentar a autoestima ocupacional. Todas estas questões legitimam o facto de, como vimos anteriormente, esta ser considerada uma das profissões com maior exigência de capacidade de gestão do stress diário.

O stress por sua vez, é designado por Vaz Serra (1988 pp. 301) como “a resposta não específica do organismo a qualquer exigência de adaptação” o que justifica o facto de este poder ser alterado consoante a capacidade de gestão das problemáticas.

Existem indicações sobre a relação entre os sintomas de stress e o contexto profissional tendo sido, por isso, um interesse de estudo para muitos investigadores avaliar a prevalência desta relação e as características específicas do trabalho de polícia (Jex & Crossley, 2005).

A literatura tem referenciado áreas específicas como principais fatores de stress associados à natureza das tarefas das forças de segurança pública.

Componente operacional do trabalho de Polícia

Esta componente enquadra-se nas questões intrínsecas às características específicas do trabalho de polícia, reunindo um conjunto de situações que, mal geridas, podem despoletar os níveis individuais de stress. Particularizando cabe referir, a exposição a situações potencialmente traumáticas e emocionalmente exigentes a que os elementos policiais estão constantemente sujeitos por serem, na maioria das vezes, os primeiros a chegar a situações de acidentes (Burke & Mikkelsen, 2005) Estas situações passam por um “acontecimento que envolve morte ou ofensas à integridade física e emoções de medo intenso ou horror” (Caldeira, 2004, pp.20) tais como acidentes, violência, confrontos ou presenças em tribunal.

A capacidade de dar uma notícia de morte é outro fator de stress acrescido já que, para além do facto de existir um cadáver que possivelmente esteve na presença destes ainda lhes cabe a tarefa acrescida de ser mensageiro de uma informação que cuja transmissão poderá ter as mais variadíssimas reações por parte do recetor que, na maioria das vezes se representa por um ente querido do defunto (Moldovan, 2009).

O trabalho por turnos e o excesso de horas de trabalho está frequentemente associado a problemas de saúde física e mental (Seligmann-Silva, 1994). Esta questão vai ainda dificultar a gestão familiar e das relações sociais (Sacramento, 2007) que serão posteriormente, abordadas neste estudo. É ainda fulcral fazer referência à imprevisibilidade inerente à atividade policial tendo em conta que este profissional, por vezes, seja obrigado a prolongar seu horário de serviço por causa de alguma ocorrência surgida no final do seu turno.

O risco de vida para o próprio e a salvaguarda da vida do outro (Burke & Mikkelsen, 2005) são questões implícitas a partir do momento em que se passa a exercer uma profissão destas, em que o combate à criminalidade está sempre inerente.

O porte de arma de fogo integra-se neste âmbito e traduz-se como um aspeto fundamental no trabalho operacional de Polícia. Este instrumento de defesa pessoal, necessário para o desempenho das suas funções aquando uma situação de risco iminente para si ou para terceiros, representa perspectivas opostas para os diversos elementos policiais. Portanto, aquilo que para uns caracteriza maior segurança para outros apresenta-se como algo que os desconforta, suscitando uma preocupação constante na possibilidade de ser necessário recorrer a este meio para sua defesa. Num estudo feito na Polícia Civil do Rio Grande do Sul (2007), onde foram entrevistados delegados de ambos os sexos com o intuito de perceber de que forma era vista a mulher Polícia, Jaqueline Sacramento, autora daquele estudo conclui que, na questão em que se referia ao porte e uso de arma de fogo, os elementos do sexo masculino recorriam à ironia relativamente à prestação das mulheres no desempenho desta função em particular, sublinhando alguma fragilidade e evitamento para a possibilidade de disparar contra alguém. Muitos deles alegam ainda que elas não deveriam usar arma de fogo já que, para estas, este procedimento acarreta uma série de conflitos internos (do foro psicológico e moral) o que induz a uma falta de confiança na mulher polícia neste tipo de atuação.

Componente organizacional do trabalho de Polícia

A componente organizacional do trabalho de Polícia é um outro campo consideravelmente prepotente na literatura sendo que, para Malach-Pines e Keinan (2006),

esta é a área em que os profissionais das forças de segurança pública mais referem como indutores de pressão. A identidade organizacional é assim entendida como um concentrado de informação que integra os valores dominantes, duradouros e consensuais, instituídos como narrativas que protegem a imagem da instituição (Malach-Pines & Keinan, 2006 citado por Gonçalves, Gomes, Barbosa, Afonso, 2010). Encontramos então referência a esta entidade como sendo uma estrutura organizacional, hierárquica e altamente burocrática, onde a falta de apoio por parte das chefias e da administração e as poucas oportunidades de progressão na carreira são encaradas como barreiras diárias aos elementos (Gonçalo et al, 2010).

A progressão na carreira nesta profissão revela-se, segundo Clara Vasconcelos (2000) particularmente morosa e difícil sendo que, para os elementos do sexo feminino a dificuldade acresce por recearem que o seu sucesso seja visto como consequência de prestação de serviços de cariz mais íntimo (Clara Vasconcelos, 2000) justificando que o assédio sexual representa um dos maiores obstáculos para as mulheres nesta profissão (Amâncio e Lima, 1994). Estas, ao serem submetidas a cargos iguais aos dos colegas homens, para além das fortes pressões impostas pelos mesmos, estão sujeitas a duas particularidades antagónicas de avaliações comuns. Ou seja, caso demonstrem capacidade e competência no exercício destas funções a sua feminilidade é colocada em causa e quando falham, a sua condição feminina é afirmada (Shields, 1988, citado por Ribeiro, 2010).

Particularizando ainda esta questão das pressões organizacionais, é importante elucidar que os polícias lidam com público diferenciado e desenvolvem expectativas e respostas diferentes para cada qual. Não obstante, vários autores defendem que a relação entre os polícias e os jovens do sexo masculino, talqualmente, entre polícias e negros, está mais sujeita ao “desequilíbrio de forças” por parte da polícia (Sykes e Clark, 1975). Para além disso os elementos policiais estão sujeitos a uma autonomia no “trabalho de rua” em relação aos supervisores, e por isso, a liberdade para decidir como conduzir a interação com os cidadãos. Estas decisões, gestão de conflitos e a capacidade de respostas assertivas no imediato são exigidas pelos superiores hierárquicos de forma repetida e permanente.

Componente extrínseca ao trabalho de Polícia

Para além dos fatores operacionais e organizacionais a literatura salienta os fatores extrínsecos à atuação policial, fazendo-se representar por questões que, mesmo fora do âmbito profissional, são afetados devido à condição profissional como é o caso da gestão das exigências laborais e familiares, a ilação de um sistema judicial punitivo perspetivado como tolerante para com os criminosos ou as atitudes negativas e de desconfiança da comunidade (Malach-Pines & Keinan, 2006) retratam um ponto potencialmente determinante no que concerne aos fatores de stress em contexto policial.

Bretas e Poncioni (1999) mencionam ainda a dificuldade acrescida na gestão de relações sociais tendo em conta as representações negativas e o conservadorismo moral e social, resultado dos comportamentos adquiridos pelos elementos policiais como meio facilitador de integração na instituição, típicos de sistemas hierárquicos como é o caso da polícia (Kant de Lima, 1997). Para além disto também as vivências de stress diárias legitimam uma atitude defensiva para com a sociedade e aumentam a tendência ao individualismo e isolamento que, impreterivelmente, tende em levar o elemento policial a um de dois extremos: ou encontra o seu refúgio e identidade no trabalho o que leva a um aumento de coesão e partilha no seio profissional e na própria identidade do grupo (Hagen, 2004) ou tende a via do consumo excessivo de álcool e, eventualmente, outras substâncias psicoativas como forma de atenuar as tensões internas (Gonçalo et al, 2010).

A gestão do conflito casa – trabalho é outro ponto a considerar neste parâmetro, mais dificultado na questão da mulher policia. Para muitos oficiais do sexo masculino a mulher está desprovida de poder desempenhar um bom trabalho na atividade policial porque se subdivide entre as tarefas da casa e do trabalho (Sacramento, 2007). Lambert, (1990) e posteriormente Edward e Rothbard (2000) debruçam os seus estudos no conceito de *spillover* que se traduz pelo transporte dos afetos, valores, competência e comportamentos do nível profissional para a esfera familiar ou vice-versa. Num estudo de onde são avaliados dois tipos de *spillover*, de forma independente, do trabalho para a família e da família para o trabalho, concluiu-se que o *spillover* do domínio profissional para o domínio familiar é cerca de três vezes mais frequente que o oposto e que este traduz um impacto mais intenso na mulher policia em comparação ao homem (Frone, Russell & Cooper, 1992).

Incisivamente na questão da relação laboral e familiar e coadjuvando com o que os estudos publicados anteriormente foram comprovando, a mulher apresenta, de facto, mais divergências no seio familiar em comparação ao homem começando, desde logo, com as desconfianças por parte do parceiro ou conjugue que se devem, não somente ao facto de existir um maior número de homens neste contexto profissional como, e de igual relevância, o facto de haver o estigma de que nesta profissão elas têm uma relação muito próxima com os homens. A conciliação do trabalho e das tarefas domésticas é outra dificuldade que, sobretudo a mulher, por ser estigmatizada culturalmente como a responsável pelas lides domésticas e, por isso, representativa no seio familiar como quem prepara as refeições, trata dos filhos e cuida da casa, se depara podendo mesmo culminar em esgotamento. No entanto, isto não invalida que, com confiança, estas mulheres e homens possam manter relacionamentos saudáveis e duradouros (Stratton, 1986).

Face ao exposto acima e em forma de resumo, reitera-se imprescindível sintetizar o conteúdo deste parâmetro considerando quatro pontos essenciais no que respeita as características do trabalho de Polícia sendo eles, [1] a componente operacional, [2] a componente organizacional, [3] a componente extrínseca onde consta a rotina, a gestão das relações familiares e inter-relações sociais.

Para findar esta questão é ainda relevante salientar as consequências que a exposição, por partes dos elementos policiais a estes fatores de stress, pode acarretar. Sendo assim são identificados: sintomas físicos como - doenças cardiovasculares, problemas de estômago, doenças psicossomáticas, níveis elevados de cortisol, colesterol e pressão sanguínea; sintomatologia psicológica - raiva, indiferença, baixa satisfação laboral, desordens de ajustamento e de stress pós-traumático e sintomas comportamentais - declínio da qualidade no desempenho profissional, agressividade, absentismo, abuso de drogas, *burnout*, tentativas de suicídio e mesmo, de formas mordaz, suicídio consumado (Violanti, Andrew, Burchfiel, Dorn, Hartley & Miller (2006).

A esta rutura que afeta o bem estar do profissional causando exaustão emocional e física, despersonalização e falta de realização pessoal a literatura dá o nome de *burnout* (Vaz Serra, 2002). O *burnout* é, desta forma, o prolongamento da falta de capacidade de gerir as situações potenciadoras de stress e, por sua vez a acumulação dos efeitos físicos e psicológico que foram referidos anteriormente culminando na incapacidade de

desempenhar a função profissional. (Cunha, 2004). Na tentativa de contornar esta tendência é cada vez mais rigorosa a fase de seleção dos elementos policiais, sobretudo no que respeita à avaliação da personalidade e capacidade de gestão do stress, através dos testes psicotécnicos e das entrevistas.

Posto isto, tendo presente a realidade portuguesa, num estudo realizado pela Secretaria de Estado da Administração Pública na mesma altura em que foi criada uma escola de oficiais de Polícia – Escola Superior de Polícia (ESP), que atualmente tem a designação de Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), foi elaborado um perfil de oficial de Polícia, pelo qual se entendia um conjunto de qualidades morais, profissionais e pessoais necessárias para prosseguir uma carreira policial. Concomitantemente, aquando da tentativa de elaboração de um perfil de oficial ou agente de polícia, a maioria dos estudos realçam como primordial a componente psicológica ao invés da componente física (Begonha, 1992). Deste modo, enquanto a rapidez de reflexos e a agilidade são os critérios físicos mais encontrados (Begonha, 1992), a coragem, a tenacidade, o conhecimento profissional e a integridade são, segundo Chaves (1997, citado por Ribeiro, 2010) as quatro qualidades procuradas, pela PSP, nos seus futuros oficiais e agentes. No entanto é impreterível salientar que, apesar da componente física não ser tida como a mais relevante no perfil de uma carreira policial, facto é que simboliza um dos maiores fatores de reprovação nos candidatos ao ISCPSI, sobretudo em candidatos do sexo feminino.

Mulheres e homens no trabalho de Polícia

Importa mencionar a escassez de literatura existente sobre a temática da mulher em contexto policial no contexto português. Inevitavelmente, numa visão ampla pelas estatísticas oficiais e estudos existentes, apercebemo-nos que desde sempre os homens são mais propensos a este trabalho.

Torna-se assim imprescindível contornar esta questão levando, tendencialmente, alguns investigadores a orientar os seus estudos dando considerável discussão ao papel da mulher e à forma como esta se envolve numa profissão tradicionalmente masculina (Heidensohn, 2003).

A razão inicial para o ingresso das mulheres na polícia prende-se por uma questão de necessidade por parte da Instituição em preencher postos com tarefas específicas, não representativas pelo controlo ou repressão social particularmente masculinas mas, forçosamente, para funções de secretariado. Não obstante o princípio de igualdade de oportunidades estar, em teoria, bem vincado, na prática obedece a restritos limites formais e materiais assentindo a que estas não fossem representativas do verdadeiro trabalho policial.

A grande barreira que separou as mulheres do contexto policial durante décadas é derrubado e, a valoração monetária, o fator “sonho” e o desejo de fazer diferença no Sistema Policial são, segundo um estudo de *treino e motivação* incidido em agentes femininas na Costa Atlântica do Canadá, os grandes fatores motivacionais que levam estas mulheres, nos dias de hoje, a enveredar pela via policial (Jackson, 1997). Passou assim a ser, cada vez mais perceptível a entrada destas neste contexto que, até à década de 70, albergava única e exclusivamente elementos do género masculino.

Apesar de estas, em relação aos homens, serem de forma análoga e irrevogável, capazes de desempenhar, talqualmente, o cargo policial (Martin, 1993; Worder, 1993, citados por Almeida & Amâncio, 2008), constata-se que a sua entrada em relação ao sexo oposto, mesmo tendo-se verificado um aumento na proporção de elementos policiais do género feminino nos últimos 30 anos (Centro Nacional de Mulheres e Policiamento, 2002), continua incontestavelmente reduzida. Facto é, que todas as jurisdições rejeitam uma maior proporção de mulheres do que homens, incongruentemente com a Polícia Federal Australiana que reverteu esta tendência (Prenzler 1996) rejeitando, em média, uma maior proporção de homens.

Sendo o contexto policial categorizado como o grupo mais masculinizado da sociedade (Brown e Campbell, 1994), a entrada das mulheres neste contexto desencadeou, concomitantemente, uma série de controvérsias, sendo muitas vezes acompanhada por resistências encaradas como uma ameaça a valores e práticas dominantes deste ambiente (Carreiras, 1997) e que, por inferência, propiciam dificuldades acrescidas na valoração do desempenho destas.

Os obstáculos surgem assim que começa a fase de seleção. Incontestavelmente, um estudo com grupos de polícias australianos (Prenzler, 1995 citado por Calazans, 2004) assentiu que as mulheres, ao candidatarem-se a esta profissão, devem estar expectantes e

seguras do desgaste irregular a que estarão sujeitas. Por assim dizer, ressalvam-se as constantes avaliações por parte dos colegas sendo que, algumas das dificuldades causadas pelos homens polícias passam por alegar a falta de competência, por parte destas, para a função de patrulha ou mesmo o uso de uma linguagem indecorosa com intuito de causar mau estar (Stratton, 1986)

Traduz-se como vasto o campo relativo às objeções colocadas pelos homens e, não menos impetuosas, pela própria Instituição, dificultando a atuação policial das mulheres. Importa assim salientar de forma explícita, generalizando a perspectiva do elemento policial, os maiores obstáculos a que estas mulheres se vêm sujeitas. Particulariza-se esta questão salientando os estereótipos promovidos pelo género ameaçado onde a aceitação das colegas como eficientes e competentes implica que estas se assumam como menos femininas (Lord, 1986). Segundo Bárbara Stratton (1986) existe uma tentação, por parte da própria Instituição, em dotar as mulheres de características tipicamente masculinas para que, a sua feminilidade, não seja um entrave no desempenho da sua atuação policial. Isto propicia, numa tentativa de aprovação, à existência de mulheres (agentes) que, por autodeterminação, optam por seguir um caminho puramente masculino, pensando, agindo e comportando-se talqualmente os homens, colocando de parte a sua feminilidade que, por consequência pode induzir à perda de autoestima (Stratton, 1986). Ainda como fundamento a esta explicação fazemos alusão ao testemunho de uma agente francesa, no trabalho de Gérard Delhomez (1973, pp. 19), onde assume que “é preciso que sejamos femininas, evitar o comportamento viril, banir os termos menos dignos, a linguagem de carroceiro”.

Nos estudos associados a este tipo de estereótipos foram identificados, a competência, a capacidade técnica e a racionalidade como características masculinas e a emotividade e o desejo de ajudar, como peculiaridades intrínsecas à mulher (Berg & Budnick, 1986; Charles, 1982). As mulheres são reconhecidas por utilizarem um estilo mais baseado nas competências comunicacionais, ao invés da força física, suprimindo assim em grande número a violência policial e um aumento, equiparável, da eficácia ao nível das relações com a sociedade (Harrington et al., 2001; Lonsway, Moore, Harrington, Smeal & Spillar, 2002). Posto isto, e concomitante à capacidade acrescida da mulher em lidar com o cidadão assume-se, direta e subtilmente, uma distribuição de tarefas em que, sendo a mulher teoricamente mais vulnerável, cabem-lhe funções menos exigentes

fisicamente como o atendimento e apoio a vítimas de crimes sexuais ou violência doméstica que, em muitos casos, se fazem acompanhar de filhos menores, e a realização de trabalhos de secretaria (Ribeiro, 2010).

Por corolário, constata-se que, nos casos em que é importante a assistência ao cidadão as mulheres estarão mais propensas tendendo, a manifestarem-se como mais acessíveis, mais comunicativas, e sensíveis substituindo “os músculos pelo cérebro, a força pela comunicação e a objetividade pela sensibilidade” (Ribeiro, 2010).

Esta questão fundamenta, por parte dos homens, um acentuado receio de que as colegas mulheres não tenham capacidade de os apoiar e defender fisicamente em situações mais perigosas e violentas nas quais seja exigido mais esforço físico (Stratton, 1986).

Um estudo feito pelo Centro de Recrutamento policial, do Rio Grande do Sul, 2007) com oficiais de Polícia revela que estes evidenciam a capacidade e de persuasão, das colegas, em situações potencialmente violentas, mas afirmam que os homens, devido à sua presença física, têm maior propensão para impedir a violência em si. Estes assumem ainda que as mulheres deviam estar enquadradas no que, em contexto português e nos dias de hoje, chamamos de Modelo Integrado no Policiamento de Proximidade (MIIP) do qual fazem parte as Equipas do Programa Escola Segura (EPES) e Equipas de Proximidade e de Apoio à Vítima (EPAV). Estas equipas são, por norma, responsáveis pela segurança e policiamento de proximidade, pela prevenção e vigilância em áreas comerciais e vigilância em áreas residenciais. São ainda responsáveis pela prevenção da violência doméstica, apoio às vítimas e acompanhamento pós-vitimação e na identificação/sinalização de problemas que possam interferir na segurança dos cidadãos. Concluindo, o tipo de serviço destas equipas não envolver, habitualmente, situações de violência extrema em que a força tenha de ser usada ou risco de vida.

Denotando uma íntima ligação entre a informação até ao momento apresentada e os dados reais vai-se, da forma mais esclarecedora possível, escrever os dados estatísticos a que foi possível ter acesso. Na perspetiva da Polícia de Segurança Pública e, particularmente, no que concerne aos dados estatísticos do efetivo policial, é importante ressaltar alguns números que nos permitirão ter uma maior consciência acerca das diferenças de género e as funções correspondentes.

Estudos da Direção Nacional da PSP, permitiram constatar que a entrada dos primeiros elementos femininos, na PSP, ocorreu no Comando de Lisboa em 1930. A Ordem de Serviço n.º 115, de 25/04/1930, refere “Que sejam alistados provisoriamente neste Corpo de Polícia, em conformidade com o 1.º do art. 2.º do Decreto de 27 de maio de 1911 “ficando (...) colocados na Secção Administrativa”. Segundo Clemente (2002), a primeira Guarda do sexo feminino entrou na PSP em 1 de novembro de 1930, e só ascendeu a Guarda de 1.ª classe em 1941.

Verificou-se ainda que, só em 1971, se realizou efetivamente o primeiro concurso público para admissão de Guardas do sexo feminino na Polícia, o qual contou com 678 concorrentes, das quais ficaram aprovadas 273 nas provas literárias e físicas. Ao concurso podiam candidatar-se todos os indivíduos do sexo feminino que reunissem as seguintes condições: “Ter nacionalidade portuguesa; ter mais de 21 anos de idade e menos de 35 anos à data do alistamento; possuir a habilitação mínima do exame do 2.º grau de instrução primária; ter a altura mínima de 1,55m; estar isenta de culpa de Registo Criminal e ter irrepreensível comportamento moral e civil (Revista Polícia Portuguesa, 1971, pp. 3)

Constatou-se ainda que, em 22 de janeiro de 1973, na Ordem de Serviço n.º 14 (II Parte) do Comando Geral (CG) da PSP, foi publicado o Aviso de abertura do concurso público para a admissão de Guardas do sexo feminino. Este aviso vem alterar as condições de candidatura em relação às provas físicas, que passam a ser diferentes de acordo com o sexo do concorrente.

Posto isto, e aproximando os valores à realidade atual, com base no Balanço Social de 2008, verifica-se que na Instituição existiam 22.214 elementos com funções policiais, sendo 20.664 homens e 1.550 mulheres e destas, 81 % desempenham funções não correspondentes a atividades operacionais ou que não necessitam de um conhecimento técnico-policia para serem concretizadas (Ordem de Serviço n.º 22-II parte, em 04/02/2010). E através da consulta à Lista de Antiguidade do pessoal Oficial de Polícia, reportada a 31/12/2009 aparecem, na carreira de Oficiais, apenas existem 74 mulheres e 710 homens.

Os dados anteriores permitem depreender que figura nos quadros da PSP um baixo efetivo de mulheres estando muito aquém de poder representar, de forma justa, as mulheres da sociedade portuguesa e que existe uma grande percentagem de mulheres com funções

não operacionais justificada pelo facto da mulher, a partir de uma determinada altura da vida, sentir necessidade de estabilização sendo o horário de expediente (das 9h00 às 17h30) o de maior preferência.

Tem-se como certo que ainda nos dias de hoje, os conceitos “masculino” e “feminino” estão diretamente associados a características, postura e comportamentos que influenciam o modo como cada qual é tratado pela sociedade. A mulher está ligada ao juízo do feminismo e o homem ao da masculinidade (Stewart & McDermott, 2004).

Denota-se assim ser crucial uma mudança nas conceções respeitantes ao papel da Polícia. Isto permite que os próprios agentes, habituados a um contexto masculinizado e inseridos numa organização com novos contornos de aceitação feminina se predisponham a uma adaptação à nova realidade e apreendam características de cariz mais humanitário, afastando-se progressivamente do estereótipo da masculinização (Christie, 1996 ; citado por Almeida & Amâncio, 2008).

Objetivos

Na presente dissertação não se pretende um estudo generalizado a toda a comunidade policial da PSP acerca das perceções de género visto ser inviável para no tempo disposto para a sua elaboração. Pretende-se, tão somente, oferecer um progresso a esta matéria focando este trabalho a um grupo particular desta força de segurança pública.

Assim, nesta linha de orientação, surge o interesse em fazer um estudo exploratório qualitativo cujo objetivo geral se prende com a análise da percepção das questões de género no trabalho de Polícia na PSP. Para o qual existem os seguintes objetivos específicos:

- a) Analisar a percepção que eles (homens) têm do seu trabalho como polícias e do trabalho desempenhado pelas colegas;
- b) Analisar a percepção que elas (mulheres) têm do seu trabalho como polícias e do trabalho desempenhado pelos colegas.
- c) Comparar os resultados obtidos por tipo de Serviço
- d) Analisar se a idade do/a agente induz a percepção que estes têm do trabalho de polícia executado pelas/os colegas.
- e) Perceber se a experiência profissional (anos de serviço), influencia a percepção que os elementos policiais têm do seu trabalho executado pelas/os colegas do sexo oposto.

Metodologia

Participantes

Para este estudo foram escolhidos, por conveniência, elementos policiais da 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa da PSP e futuros oficiais, alunos dos 5 anos de ensino, do Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

Dos 80 elementos, 22 são do sexo feminino (27,5%), e 58 do sexo masculino (72,5%). As idades dos participantes estão compreendidas entre os 20 e mais de 50, sendo que o intervalo de idades mais frequente é entre os 20 e os 30 anos. As idades foram agrupadas por intervalos por razões de garantir o anonimato dos participantes já que, a amostra não só se faz representar por elementos de um grupo específico que *per si* não envolve um grande aglomerado de elementos também, e por consequência, implica a que estes elementos sejam associados facilmente por força da idade.

Ainda relativo ao aspeto sociodemográfico retiramos desta amostra de 80 participantes que 61 (76,3%) são solteiros, 17 (21,3%) se encontram á data do estudo casados e apenas 2 (2,5%) classificam-se no estado civil como divorciados. Relativamente ao número de filhos a discrepância é elevada visto a maioria, ou seja 63 do elementos (78,8%) afirmar a inexistência de filhos. Podemos ainda ressaltar que no que respeita a naturalidade dos participantes o maior número concentra-se no sul representando 26 participantes (32,5%), seguidamente evidencia-se o norte com uma representatividade de 22 participantes (27,5%) e com valores menos elevados temos centro que se iguala ao valor de participantes provenientes do estrangeiro sendo 11 de cada (13,8%) e finalmente temos os provenientes das ilhas fazendo um numero de 10 participantes (12,5%).

É necessário reforçar que aquando da análise demográfica deste estudo, especificamente as questões de cariz profissional, que por este ter sido aplicado num núcleo restrito da PSP como é o caso da 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa existe uma maior necessidade de assegurar a confidencialidade dos participantes, fator esse que levou nos levou à preocupação de criar algumas estratégias para contornar essa questão. Acima referimos a estratégia usada com a questão da “idade” no entanto, a “categoria” é

um outro aspeto de fácil associação à identidade do participante já que por norma, cada esquadra se faz representar por apenas um oficial. No intuito de contornar esta questão optámos por associar os cargos ao tipo de serviço. Ou seja, os 7 oficiais, os 5 chefes e os 20 agentes passaram a estar enquadrados no tipo de “serviço operacional” fazendo um total de 36 elementos. Já os 44 alunos do ISCPSI e os 5 agentes de secretaria foram enquadrados no tipo de serviço “não operacional” representando assim uma amostra de 44 elementos.

Ainda no que concerne ao contexto profissional importa ressaltar que o tempo de serviço médio dos participantes é de $M = 78,29$ meses ($DP = 89,5$) sendo 2 meses o tempo mínimo e 432 meses o tempo máximo dos participantes.

Instrumento

Para o presente estudo havia a necessidade de elaborar um questionário que permitisse avaliar a percepção de um contexto muito específico – diferenças de género e forças de segurança pública. Os instrumentos que a literatura fornecia até ao momento não eram suficientemente abrangentes ao ponto de atingir os objetivos propostos para esta investigação. Sendo assim, numa primeira fase, enveredou-se por uma pesquisa acerca das características do trabalho de Polícia para que, de forma explícita e organizada, fosse possível, ordenar áreas individualizadas desse contexto. As componentes organizacional, operacional e extrínseca foram as que mais se evidenciaram na literatura e que, por sua vez, foram usadas como base de apoio à elaboração do questionário pretendido. Ao explorar estas três componentes encontraram-se inúmeros aspetos que fazem parte do trabalho de Polícia, que acarretam uma gestão de conflitos internos e até externos para a execução do mesmo. Nesta linha de ideias fez sentido evidenciar aspetos como o uso de arma de fogo, a exposição a situações potencialmente traumáticas, a pressão das chefias, a falta de apoio judicial, a gestão trabalho-casa, a gestão das relações sociais e até a rotina.

De forma cautelosa, e estando as componentes bem definidas, procedeu-se então à elaboração de questões abertas direcionando-as às características do trabalho de Polícia sempre com o intuito de perceber a percepção que os homens têm o seu trabalho e do trabalho desempenhado pelas colegas e destas em relação a eles. Depois de aplicado a um grupo exploratório, como será explicado no procedimento com maior cuidado, e revisto foi

colocado online para que desta forma o acesso aos elementos policiais e a gestão do tempo para responder ao mesmo fossem facilitados.

O questionário (anexo a) organiza-se em três partes complementares: uma primeira parte sociodemográfica que possibilitou recolher informações tais como, o sexo do sujeito, a idade, a naturalidade, o estado civil e a validação da existência de filhos ou não. Uma segunda parte de contextualização profissional onde obtemos informação acerca do serviço em que está enquadrado, a divisão, a esquadra e os anos de experiência e finalmente, uma terceira parte onde constam as questões abertas acerca do tema proposto neste estudo que permitiu recolher informação sobre as perceções que cada elemento tem acerca do trabalho de polícia e do mesmo desempenhado pelos(as) colegas do sexo oposto abrangendo, na sua maioria, três grandes dimensões do trabalho de polícia sendo elas, a componente organizacional, a componente operacional e os fatores extrínsecos como as relações sociais. Sendo assim, esta última parte do questionário permitiu recolher informação acerca da perceção, sempre na perspetiva das diferenças entre homens e mulheres, que cada elemento policial tem dos seguintes parâmetros: o papel de uma força de segurança; as características que evidencia no trabalho de polícia; a exposição a situações potencialmente traumáticas ou emocionalmente exigentes; o trabalho de rotina; a questão do porte e uso de arma de fogo; a organização interna da entidade policial; as relações sociais; a gestão família-trabalho e a progressão de carreira.

Procedimento

No presente trabalho desenvolveu-se uma metodologia que nos permitisse “*estudar, compreender e explicar a situação atual do objeto de investigação*” (Campo & Ferreira, 2009). Elaborou-se uma organização evidente e clara que se estrutura em três componentes fulcrais: por um lado, e numa perspetiva mais teórica, a contextualização e revisão literária a qual, fruto de uma vasta pesquisa dos estudos já apresentada. Num segundo momento foi feita uma leitura pormenorizada das respostas dos 80 participantes para servir de suporte à análise de conteúdo que se seguiu. Para este efeito é usado o MAXqda, programa de análise de conteúdo assistida por computador cujo nome surge pela primeira vez em 2001 após uma atualização constante dos programas anteriores. O uso do MAXqda neste trabalho

permitiu não só, clarificar e sintetizar a informação recolhida como também a categoriza-la para ser possível uma posterior análise estatística.

Este estudo exploratório, sendo de cariz qualitativo, foi aprovado pela Comissão Científica do Instituto Superior de Ciências da saúde Egas Moniz visto terem sido correspondidas todas as exigência para o efeito.

Para dar continuidade ao processo foi elaborada uma carta com o pedido formal de autorização endereçada ao Comandante da 1ª Divisão do Comando Metropolitano de Lisboa da qual foi obtida resposta a consentir o estudo. O pedido de autorização à direção do ISCPSI foi feito via eletrónica endereçado ao gabinete do Diretor do qual obtivemos resposta com significativa celeridade.

Após a validação e certificação de que todo o processo que assegura o rigor ético de deontológico desta investigação estar confirmado, procedeu-se à aplicação de um possível questionário, de forma de exploratória, a 5 elementos policiais com intuito de validar a clareza das questões visto serem de resposta aberta. As questões alteradas derivaram de críticas relativas à falta de percetibilidade das mesmas. Especificando: A pergunta acerca dos aspetos que consideravam ser relevantes no seu trabalho inicialmente designava-se por “ Como perceciona o trabalho de Polícia” e a alteração resultou em “Quais as características que considera mais importantes no trabalho de Polícia?”. A outra pergunta na qual os participantes sentiram dificuldade passou pela questão da rotina onde neste questionário piloto constava como “ Como perceciona o trabalho de rotina?” e resultou em “Quais os aspetos que melhor definem o trabalho de rotina?”.

Após críticas construtivas e reformulações, oriundas de elementos policiais que se propuseram a responder ao questionário piloto e analisar as perguntas tendo em conta os seus objetivos, surge então o questionário final (Anexo A) que depois de revisto e aprovado pela Orientadora foi colocado online para posteriormente ser enviado e respondido pelos elementos da PSP e alunos do ISCPSI.

No tocante à estrutura do trabalho, esta compreende uma estrutura clássica de uma dissertação em Psicologia – “Introdução, estado da arte, objetivos, resultados, discussão e Conclusão, em favor da simplicidade, clareza e fundamentação metodológica” (Espírito, 2010).

Resultados

Dos 80 questionários obtidos neste estudo foi feita, numa fase inicial, uma pré-seleção das questões que iam de encontro às componentes que serviram de suporte para a elaboração dos mesmos e por sua vez, que permitiriam corresponder aos objetivos propostos.

Tabela 1

Perguntas do questionário organizadas por áreas do trabalho de Polícia

Componentes do trabalho de polícia	Perguntas do questionário
Componente operacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Considera, no decorrer das suas funções de polícia, estar exposto/a a situações potencialmente traumáticas ou emocionalmente exigentes? <ol style="list-style-type: none"> a. Exemplifique b. Diferenças entre homens e mulheres 2. Quais os aspetos que melhor definem o trabalho de rotina? <ol style="list-style-type: none"> a. Aspetos positivos e negativos b. Diferenças entre homens e mulheres 3. Como vê a questão do porte e uso de arma de fogo? <ol style="list-style-type: none"> a. Aspetos positivos e negativos b. Diferenças entre homens e mulheres.
Componente Organizacional	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais os aspetos do funcionamento interno da instituição que apresentam um impacto negativo e/ou positivo na realização do trabalho de polícia? <ol style="list-style-type: none"> a. Considera haver diferenças entre homens e mulheres? 2. Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades de ascensão de carreira? <ol style="list-style-type: none"> a. Especifique.
Componente extrínseca	<ol style="list-style-type: none"> 1. Como gere as relações sociais (amigos, conhecidos)? <ol style="list-style-type: none"> a. Denota diferenças e semelhanças entre homens e mulheres? 2. O que tem a dizer acerca da gestão trabalho – casa? <ol style="list-style-type: none"> a. Semelhanças e/ ou diferenças entre homens e mulheres.

Feita esta análise de conteúdo prosseguiu-se, com a ajuda do programa MAX-QDA já referido no procedimento, à organização e sistematização do conteúdo das respostas em categorias para uma possível análise estatística numa fase posterior. Sendo que as categorias que vincaram no final de toda a análise representam áreas específicas do trabalho de Polícia, sempre referentes à perceção dos homens e das mulheres, como podemos ver nas tabelas que se seguem.

Para a componente Operacional, e tendo em conta que este estudo pretende dar ênfase às dissemelhanças de género, foi necessário criar as categorias distinguindo sempre o sexo, para que desta forma fosse possível obter a perceção dos participantes relativa ao seu trabalho e a perceção destes em relação ao trabalho dos/as colegas do sexo oposto.

Particularizando, nesta componente as categorias criadas representaram essencialmente o uso da arma de fogo e a gestão do trabalho de rotina, fazendo-se reproduzir na tabela como “uso de arma de fogo para a mulher”, “uso de arma de fogo para o homem”, “Gestão do trabalho de rotina para a mulher” e “gestão do trabalho de rotina para o homem”. Consoante estas categorias as respostas foram difundidas numa escala análoga entre “ Maior capacidade”, “Igual capacidade” e “Menor capacidade” perspetivadas sempre em relação ao sexo oposto.

Tabela 2

Respostas dos participantes organizadas para a componente operacional.

Componente Operacional		
Categorias	Valores (sempre relativos ao sexo oposto)	Excertos de respostas
Utilização de arma de fogo em serviço pelos homens	1- Maior utilização 2- Igual utilização 3- Menor utilização	<p>“O homem é mais propício ao uso de uma arma, é algo inato”(Q12)</p> <p>“Os homens são mais propensos a utiliza-las”(Q50)</p> <p>“Regra geral, os homens sentem-se mais à vontade no recurso à arma de fogo.”(Q68)</p> <p>“Não. Penso que qualquer um, sexo feminino ou masculino, alto ou baixo, branco ou preto, conseguirá atingir uma boa relação com a arma de fogo.”(Q47)</p> <p>“Acredito que os homens possam ter um maior à vontade no porte e uso de arma de fogo.” (Q32)</p> <p>“As mulheres tendem em recorrer menos vezes à arma de fogo” (Q6)</p>
Utilização de arma de fogo em serviço pelas mulheres		<p>“Penso que a instrução de tiro para mulheres na escola e durante a vida policial devia de ser em pelo menos o dobro”(Q12)</p> <p>“Não conheço nenhuma mulher que tenha usado a arma de fogo”(Q14)</p> <p>“A percepção que tenho é que as mulheres têm medo da arma e muitas dificuldades a fazer fogo”(Q24)</p> <p>“As mulheres só mesmo em caso absoluta necessidade” (Q50)</p>
Capacidade de gestão em situações traumáticas pelos homens	1- Maior capacidade 2- Igual capacidade 3- Menor capacidade	<p>“Os homens gerem com mais facilidade” (Q5)</p> <p>“Penso que os homens consegue ser mais firmes psicologicamente” (Q8)</p> <p>“O homem gere ligeiramente melhor o stress” (Q13)</p> <p>“Os homens conseguem ser mais "frios" ao lidar com os sentimentos” (Q40)</p>
Capacidade de gestão em situações traumáticas em serviço pelas mulheres		<p>“As mulheres aguentam menos estas coisas” (Q4)</p> <p>“As mulheres são mais sensíveis a este tipo de situações” (Q5)</p> <p>“Ainda se denota da parte das mulheres</p>

		uma dificuldade acrescida” (Q18) “É notório que as mulheres são mais resguardadas” (Q27)
Capacidade de gerir a rotina para os homens	1- Maior capacidade	“Penso que as mulheres têm maior capacidade para gestão das rotinas”.(Q45)
	2- Igual capacidade	“Não existem grandes diferenças”. (Q46)
Capacidade de gerir a rotina para as mulheres	3- Menor capacidade	“As mulheres conseguem desempenhar com mais facilidade Trabalho de rotina”. (Q57)

Relativo à componente Organizacional, o ponto fulcral destacou-se na questão da ascensão à carreira e funcionamento interno da Instituição particularizada a cada um dos sexo organizando as respostas por “maior número de privilégios”, “igual número de privilégios” e “menor número de privilégios” mais uma vez com comparação ao sexo oposto.

Componente Organizacional		
Categorias	Valores (sempre relativos ao sexo oposto)	Excertos de respostas
Ascensão na carreira nos homens	1- Maior nº de privilégios 2- Igual nº de privilégios 3- Menor nº de privilégios	“A oportunidade está aberta para ambos, equitativamente”. (Q62) “As mulheres, apesar de não parecer, certas coisas são facilitadas”. (Q3) “As mulheres tendem em ocupar com mais facilidade cargos de secretaria devido aos horários que isso lhes proporciona”. (Q6) “Verifica-se claramente uma discriminação positiva”. (Q10) “Penso que os homens continuam a ter uma maior facilidade e se assim não fosse o instituto teria muito mais mulheres e a hierarquia”. (Q18)
Ascensão da carreira nas mulheres		“As mulheres possuem uma capacidade de lidar com matérias administrativas de forma mais metódica e os homens de fora mais pragmática.”(Q2)
Funcionamento interno da Instituição para os homens	4- Maior nº de privilégios 5- Igual nº de privilégios Menor nº de privilégios	“As mulheres têm mais facilidade em perguntar as coisas quando não sabem.” (Q3) “Os homens são muitos mais competitivos que as mulheres.” (Q6) “O facto de as mulheres estarem em minoria verifica-se uma clara discriminação positiva para com as mesmas, sendo preferidas para certo tipo de trabalhos menos stressantes e mais ambicionados.” (Q11)
Funcionamento interno da instituição para as mulheres		“Depende das pessoas e não do sexo.” (Q15)

Tabela 3

Respostas dos participantes para a componente organizacional

Relativamente à componente extrínseca do trabalho de polícia os pontos fulcrais passaram pela gestão das relações sociais e a gestão trabalho-casa. A organização das respostas difundiu-se numa escala entre “maior capacidade de gestão”, “igual capacidade de gestão” e “menor capacidade de gestão” relativamente ao sexo oposto.

Tabela 4

Respostas dos participantes organizadas para a componente extrínseca

Feita a análise de conteúdo e a categorização do mesmo foi altura de analisar cada objetivo em particular através de uma análise estatística no SPSS.

Dos objetivos propostos nesta investigação, a preocupação prendeu-se e sempre com a análise das perceções dos participantes em relação ao género. Para realizar um estudo sobre as perceções relativas ao trabalho de polícia tendo presente o impacto da variável género recorreu-se ao procedimento estatístico de *Multivariate Correspondence Analysis (MCA)*. Assim, o conjunto de categorias obtidas através da

Componente Extrínseca		
Categorias	Valores (sempre relativos ao sexo oposto)	Excertos de respostas
Gestão das relações sociais (amigos/família/comunidade) nos homens	1- Maior capacidade 2- Igual capacidade 3- Menor capacidade e mulheres	“Talvez as mulheres sejam mais capazes de estabelecer laços profissionais mais próximos da comunidade”. (Q42) “As mulheres são mais especializadas em acompanhamento à comunidade”. (Q45) “Na minha opinião a relação entre as mulheres e a comunidade é significativamente melhor”. (Q55) “Não há diferenças se o contexto estiver bem definido”.(Q56) “Normalmente, sem restrições”. (Q44)
Gestão das relações sociais (amigos/família/comunidade) nas mulheres		“De modo que considero ser saudável”. (Q1) “De igual modo que os outros”. (Q17)
Gestão do trabalho-casa nos homens	1- Maior capacidade 2- Igual capacidade 3- Menor capacidade	“Às vezes é difícil ter tempo e paciência para a família (Q5) “As mulheres têm por norma mais dificuldade”. (Q5) “Nenhuma. Depende das pessoas e não do sexo”. (Q14) “É mais complicado para a mulher” (Q19).
Gestão trabalho casa nas mulheres		

técnica de análise de conteúdo foram analisadas através deste procedimento com o objetivo de obter perfis relativos à percepção dos aspetos que definem o trabalho de polícia pelas mulheres e o mesmo trabalho executado pelos homens.

Na análise deste estudo passa-se a trabalhar com duas dimensões. Como tal podemos observar na tabela , que se segue , a primeira dimensão foi denominada por “Dimensão intrínseca” ao trabalho de Polícia que engloba, de uma maneira geral, as questões do porte e uso de arma de fogo, o trabalho de rotina, as relações sociais, o funcionamento interno da instituição e a ascensão da carreira. A outra dimensão dignada por “Dimensão extrínseca” seleciona essencialmente a exposição a situações traumáticas e a gestão trabalho-casa.

Tabela 5

Dimensões em estudo

	Dimensões		Média
	Dimensão intrínseca	Dimensão extrínseca	
Uso arma H	,396	,015	,205
Porte arma M	,266	,188	,227
Porte arma H	,240	,241	,241
Uso arma M	,346	,026	,186
Sit. Traumáticas M	,238	,409	,323
Sit. Traumáticas H	,239	,411	,325
T. rotina M	,330	,147	,238
T. rotina H	,330	,147	,238
Trabalho-Casa H	,153	,330	,242
Trabalho-Casa M	,097	,383	,240
F. interno H	,344	,166	,255
F. interno M	,405	,115	,260

*Percepção das questões de género em contexto policial:
Um estudo exploratório na Polícia de Segurança Pública*

Asc. Carreira H	,306	,164	,235
Asc. Carreira M	,301	,180	,240
G.Rel.Sociais H	,341	,159	,250
G. Rel. Sociais M	,234	,110	,172
%	44,859	40,164	42,512

Legenda:

Asc. – Ascensão

F. – Funcionamento

G. – Gestão

H – Homem

M – Mulher

Rel. – Relações

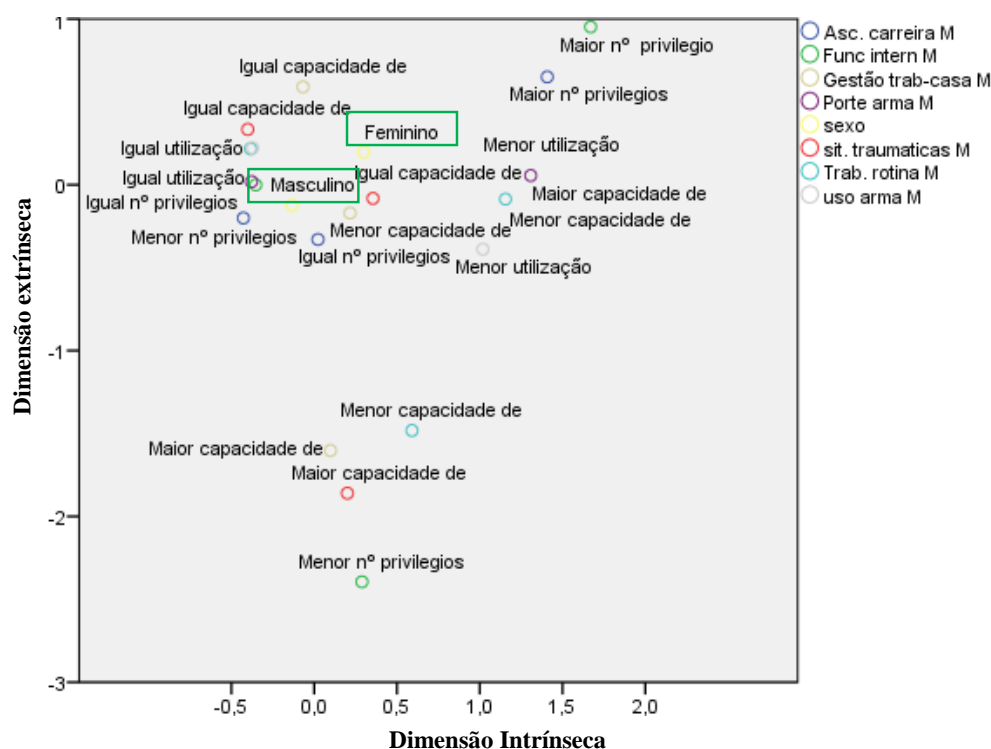
Sit. - Situações

T – Trabalho

Correspondendo ao objetivo primordial deste estudo e analisando o diagrama de dispersão abaixo, acerca das diferenças da percepção que os homens e mulheres tem do trabalho desempenhado pelas/os colegas, observa-se que a proximidade dos géneros (“masculino” e “feminino”) deduz a que ambos tenham percepções muito semelhantes.

Gráfico de dispersão 1

Configuração topológica das variáveis em estudo considerando o género como variável suplementar



Particularizando cada categoria ir-se-á seguidamente, de forma organizada, explanar os resultados de maior relevo.

No que concerne às categorias abrangidas pela Dimensão extrínseca começa-se por fazer referência à capacidade de gestão em situações traumáticas ou emocionalmente exigentes a que os elementos policiais estão diariamente sujeitos. Sendo assim, e como demonstram os resultados, a maioria dos participantes (N=41) assumem uma igualdade na capacidade de gestão sendo que, denota-se no facto de alguns participantes (N= 27) assumirem uma maior capacidade nos homens para lidar com situações tais como uma retirada de menores, violência extrema ou presenças em tribunal que são, segundo os estes as situações mais desgastantes psicologicamente (“As mulheres aguentam menos estas

coisas” (Q4); “As mulheres são mais sensíveis a este tipo de situações” (Q5); “ainda se denota da parte das mulheres uma dificuldade acrescida” (Q18); “É notório que as mulheres são mais resguardadas” (Q27); “Os homens gerem com mais facilidade” (Q5); “Penso que os homens consegue ser mais firmes psicologicamente” (Q8); “O homem gere ligeiramente melhor o stress” (Q13); “Os homens conseguem ser mais "frios" ao lidar com os sentimentos” (Q40))

Relativamente ao funcionamento interno da Instituição da Polícia os valores continuam muito próximos em ambos os sexos destacando-se a igualdade de privilégios assumida por 61 participantes (“Não considero que existam diferenças neste aspeto”.(Q64); “Não. Depende das pessoas e não do sexo”. (Q14)) ressaltando 12 participantes que arrogam que as mulheres têm mais privilégios que os homens (“As mulheres por vezes são tratadas de maneira diferente, o que não devia acontecer”. (Q45); “ as mulheres são mais protegidas sem duvida”. (Q79); “Facilidades para as mulheres em ser inseridas em certos serviços”. (Q73)).

Na questão do uso da arma de fogo apesar de 47 participantes relatarem que usam com igual frequência alegando relatos semelhantes a estes: “Não. Penso que qualquer um, sexo feminino ou masculino, alto ou baixo, branco ou preto, conseguirá atingir uma boa relação com a arma de fogo.”(Q47). Ainda existem 22 participantes que assumem que as mulheres usam com menos frequência a arma de fogo em relação aos homens (“O homem é mais propício ao uso de uma arma, é algo inato”(Q12); “Os homens são mais propensos a utiliza-las”(Q5); “Regra geral, os homens sentem-se mais à vontade no recurso à arma de fogo.”(Q68); “Acredito que os homens possam ter um maior à vontade no porte e uso de arma de fog.” (Q32)). É necessário ainda referir que os resultados do uso de arma e o porte da mesma são diferentes, sendo que na segunda existem mais participantes a igualar ambos os sexos (N=49) e justifica-se que estes sejam distintos porque “Porte é uma coisa e uso é outra.... Posso portar uma arma uma vida e nunca fazer uso da mesma em serviço” (Q8).

No que concerne ao trabalho de rotina, 57 dos 80 participantes alegam ser igual a capacidade de gestão em ambos os sexos destacando-se as seguintes resposta “Não existem grandes diferenças”. (Q46). No entanto, 13 participantes assumem como sendo mais fácil para as mulheres esta gestão (“Penso que as mulheres têm maior capacidade para gestão das

rotinas”.(Q45); “As mulheres conseguem desempenhar com mais facilidade trabalho de rotina”. (Q57)).

Nas relações com a comunidade é notável que na sua maioria (N= 54) os participantes assumem uma igualdade entre sexos ressalvando 24 participantes que consideram que as mulheres têm uma maior capacidade de relação com a comunidade (“Talvez as mulheres sejam mais capazes de estabelecer laços profissionais mais próximos da comunidade”. (Q42); “As mulheres são mais especializadas em acompanhamento à comunidade”. (Q45); “Na minha opinião a relação entre as mulheres e a comunidade é significativamente melhor”. (Q55)).

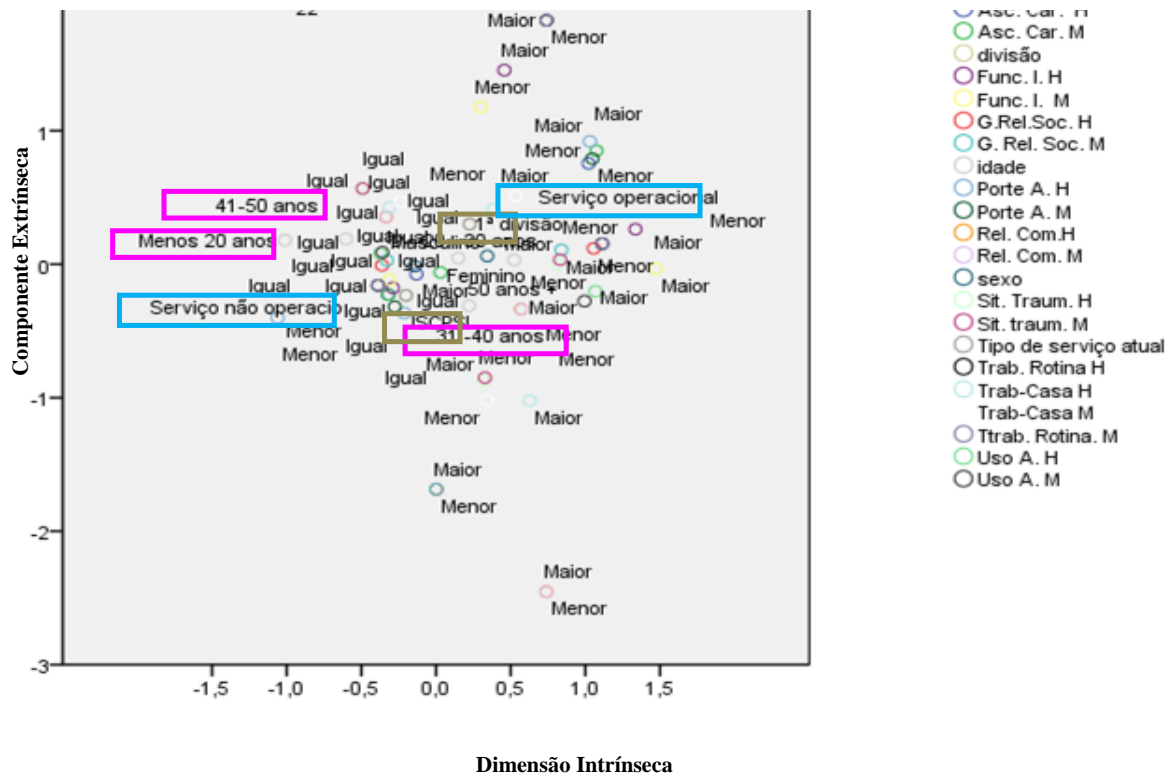
Ainda falando em privilégios falta salientar a questão da ascensão à carreira onde a única pequena diferença é o facto de os homens considerarem que a probabilidade de progressão na carreira é muito diminuta enquanto as mulheres assumem que esta progressão profissional acontece de forma mais natural e até célere no entanto, os valores estão muito próximos (“A ascensão na carreira é transparente e as exigências são padronizadas e proporcionais para ambos os sexos” (Q2); “Existe essa igualdade de oportunidades de ascender na carreira entre homens e mulheres, mas, em minha opinião, apenas porque a lei o impõe” (Q17); “Sim, atualmente sim visto que ao nível da carreira de oficiais, quando sobe um elemento de um curso, todos os restantes elementos do curso sobem, não havendo assim discriminação”(Q28)).

No gráfico de dispersão abaixo é possível fazer uma análise generalizada e topológica das variáveis em estudo considerando o tempo de serviço, idade e tipo de trabalho como variáveis suplementares. Não descorando que a análise destas variáveis suplementares correspondem aos objetivos c), d) e e) propostos inicialmente neste estudo. Sendo que, tanto na tentativa de comparar os resultados obtidos por tipo de serviço (objetivo c)), como ao analisar se a idade do/a agente tem influencia na percepção que os participantes homens têm do trabalho de polícia executado pelas colegas e vice-versa (objetivo d)) e até ao tentar perceber se a experiência profissional (anos de serviço), afeta a percepção que os agentes têm do seu trabalho executado pelas/os colegas do sexo oposto aquilo que se conclui é que, todas as variáveis apresentam valores muito semelhantes o que

induz a que não hajam resultados significativos e por sua vez, a perceção dos homens e das mulheres sejam muito semelhantes.

Gráfico de dispersão 2

Configuração topológica das variáveis em estudo considerando a divisão, idade e tipo de trabalho como variáveis suplementares



Discussão

A análise da percepção das questões de género em contexto português, especificamente, na PSP traduz-se, tal como foi referido no início deste trabalho, um estudo exploratório e por isso a escassez de recursos comparativos é notória. No entanto, preceder-se-á seguidamente a uma análise mais teórica dos resultados obtidos organizada consoante os objetivos propostos inicialmente.

Relativo à percepção os agentes do sexo masculino têm em relação ao seu trabalho como polícias e ao trabalho desempenhado pelas colegas (objetivo a)) e como estas, percecionam o trabalho desempenhado pelas próprias e o trabalho executado pelos colegas (objetivo b)) é necessário particularizar as várias características do trabalho de polícia, descritas acima nesta dissertação, a fim de melhor explicar o conteúdo que retiramos de cada.

Sendo assim, no que concerne à capacidade de gestão em situações traumáticas ou emocionalmente exigentes a que os participantes, por força da sua profissão, estão constantemente sujeitos, a maioria assume que homens e mulheres apresentam uma igualdade na capacidade de gestão destas situações. Esta questão contraria aquilo que consta na literatura em que estudos assumem que as mulheres são muito mais sensíveis, subtis e emotivas que os homens (Charles, 1982; Berg & Budnick, 1986)

Relativamente ao funcionamento interno da Instituição da polícia os valores continuam muito próximos e à ascensão da carreira a percepção que eles e elas têm em relação a si e aos colegas do sexo oposto generaliza-se de forma muito semelhante, assumindo na sua maioria que os privilégios são iguais para ambos. A particularidade desta questão diz respeito ao facto dos homens considerarem que a probabilidade de progressão na carreira é muito diminuta enquanto as mulheres assumem que esta progressão profissional acontece de forma mais natural e até célere no entanto, os valores estão muito próximos A literatura revela que a progressão na carreira *per si* revela-se particularmente morosa e difícil sendo que, para as mulheres esta dificuldade acresce (Clara Vasconcelos, 2000; Shields, 1988 citado por Ribeiro, 2010).

Na questão do uso da arma de fogo, mais uma vez, a maioria revela que ambos os sexos usam com semelhante frequência. Esta questão está intrínseca quando na literatura

faz referência ao facto dos elementos policiais terem sempre presente, inevitavelmente nas suas vidas, a “irresolúvel ambiguidade de estatutos socioprofissionais” (Durão, 2004, pp. 76). Em contradição a isto, a literatura evidencia, especificamente num estudo feito por Sacramento (2007) onde nas entrevistas a elementos policiais os homens evidenciavam a fragilidade das mulheres no desempenho desta função, em específico, ressaltando que elas não deveriam usar arma de fogo devido aos conflitos internos que esse comportamento acarreta.

No que concerne ao trabalho de rotina, os participantes assemelham as suas perceções assumindo uma igualdade na capacidade de gestão em ambos os sexos. No entanto, assume-se igualmente uma pequena tendência para que as mulheres desempenham tarefas menos operacionais visto que, a partir de uma determinada altura da vida, irão sentir necessidade de estabilização sendo o horário de expediente (das 9h00 às 17h30) o de maior preferência o que induz a concluir que tenham uma maior facilidade em gerir as suas vidas com a rotina.

Nas relações sociais curiosamente, e ao contrário daquilo que a literatura evidencia, a maioria dos participantes assumiu mais uma vez a igualdade de gestão para ambos os sexos. Esta questão da relações sociais é controversa para os elementos policiais pois, devido ao conservadorismo moral e social a que estão sujeitos na sua profissão, denotam uma dificuldade acrescida do estabelecimento destas relações (Bretas e Poncioni, 1999). No entanto, a literatura assume ainda, tal como já foi referido ao longo deste trabalho, que as mulheres tende a uma maior facilidade na comunicação com o cidadão e na capacidade de estabelecer a diferença entre o elemento policial que é e a mulher e cidadã que se manifesta ser (Ribeiro, 2010).

Não descorando, a gestão trabalho-casa, que é caracterizada pela maioria dos estudos como mais dificultado para a mulher polícia (Sacramento, 2007; Frone et al., 1992) assume neste estudo um patamar de igualdade para ambos os sexos. Inevitavelmente a mulher, ainda nos dias de hoje, está muito mais ligada ao lar em comparação ao homem. A dimensão de diferenciação entre os sexos, que opõe a dominância à submissão, associam o trabalho ao sexo masculino e a família ao sexo feminino (Amâncio, 1994). Sendo que a conciliação do trabalho e das tarefas domésticas é uma dificuldade com que esta, por ser estigmatizada culturalmente como a responsável pela casa, quem prepara as refeições, e

trata dos filhos , se depara, podendo vir a refletir-se no desempenho profissional (Stratton, 1986)

Explicados os dois primeiros, e centrais, objetivos deste estudo precede-se ininterruptamente aos objetivos que visam variáveis suplementares como é o caso da idade, tempo de serviço e tipo de serviço.

Quando foi proposto comparar os resultados obtidos por tipo de Serviço (objetivo c)) os valores entre serviço operacional e serviço não operacional encontravam-se muito próximos o que induz a que se conclua que a percepção dos elementos policiais não é influenciada pelo tipo de serviço. Apesar de que estudos retratam que os homens assumem que as colegas deveriam estar enquadradas em equipas que na sociedade portuguesa se assemelhariam ao MIIP (Harrington et al., 2001), devido à particularidade do serviço pois atua sobretudo em situações que requerem uma maior sensibilidade e capacidade de empatia para com o cidadão direcionando-se mais para a perspetiva da vítima e à sensibilização da prevenção do crime. Fala-se portanto de situações de acompanhamentos pós-vitimação, retiradas de menores ou sensibilização, particularmente a idosos ou jovens. Considerando que as mulheres, pela sua natureza, são reconhecidas por utilizarem um estilo mais baseado nas competências comunicacionais, na sensibilidade e afetividade (Harrington et al., 2001; Lonsway, Moore, Harrington, Smeal & Spillar, 2002) estarão mais aptas a enquadrar estas equipas de proximidade.

Ao analisar se a idade do/a agente induz a percepção que os agentes têm do trabalho de polícia executado pelas/os colegas as semelhanças voltam a ser evidentes ao contrário daquilo que seria esperado, pois é tendencioso que nas diferentes gerações os mais jovens enfatizem aspetos de maior conhecimento e abertura para situações que, anteriormente seriam, moralmente perspetivadas numa só linha de orientação como é o caso da presença, aceitação e utilidade das mulheres na polícia (Afonso e Leal, 2007).

Quanto à questão da experiência profissional (anos de serviço) influenciar ou não a percepção dos agentes, os resultados denotaram-se inconclusivos já que, para garantir a confidencialidade dos participantes o tempo de serviço foi colocado consoante o número de meses em que estavam no ativo e estes valores apresentaram-se muito díspares. Contudo a escassez de estudos publicados acerca desta questão foi tão notória que não foi possível reunir sustentação teórica para este objetivo.

Apesar da grande parte dos estudos realizados até ao momento, acerca das diferenças entre géneros no contexto policial, indicarem que existem diferenças significativas e desfavoráveis para a mulher (Vega & Silverman, 1982, citado por Brown & Campbell, 1994; Balkin, 1988; Almeida & Amâncio, 2008) este estudo contorna todas essas investigações, estando muito mais próximo dos resultados de investigações estrangeiras (Block & Anderson, 1974; Charles & Parsons, 1978; citados por Brown & Campbell, 1994; Charles, 1982) sendo que, realça a posição das mulheres, equitativamente aos homens, apresentando de forma análoga e irrevogável, a capacidade de desempenhar, talqualmente, o cargo policial.

Conclusão

Cumpre-nos findar esta investigação dando sentido aos objetivos e hipóteses inicialmente propostos, condensando o presente trabalho. Afirma-se assim, de uma maneira geral, ter sido alcançado o foco desta dissertação, apesar de a amostra não ser representativa dos elementos da PSP no seu todo. No entanto, este estudo vem assumir uma tendência para generalizar as questões que outrora estariam bem vincadas em cada sexo. Ou seja, cada vez mais se denota a tão batalhada igualdade de género.

É crucial referir que esta aceitação das mulheres num contexto tradicionalmente masculino terá nela submetida uma série de fatores, fruto do desenvolvimento psicossocial de uma sociedade que, outrora, estava confinada a uma margem de liberdade tão diminuta que se revelou numa árdua e ténue capacidade de concordância a esta nova realidade. A verdade é que, e contrariando tudo o que vem do pedestal basilar da nossa sociedade, a mulher deixa de ser vista como o sexo fraco e passa a ser colega de trabalho num contexto em que o risco é de tal forma elevado que a confiança depositada nesta passa a ser essencial pela salvaguarda da integridade física.

A inteção que fazemos deste estudo é notoriamente positiva ainda que o percurso tenha sofrido algumas contingências e vicissitudes, corolários naturais neste tipo de investigação. Uma vez que as perguntas eram de resposta livre, as respostas tendiam a ser extensas o que levava, segundo alguns participantes, ao cansaço e, não menos comum, há tendência para descontextualizar o assunto da questão, divagando em aspetos que transcendiam o objetivo em estudo. Outro aspeto a ressaltar diz respeito a algumas dificuldades de compreensão no que concerne ao conteúdo das perguntas como é o caso da questão acerca do funcionamento interno da Instituição que não era explícita o suficiente para que todos os participantes entendessem o seu intuito. Surge-nos ainda como importante mencionar que, o facto de ser um estudo qualitativo, implicando assim que haja uma análise de conteúdo da informação recolhida, é tendencioso e inevitável a que a interpretação das respostas conseguidas, mesmo que trabalhadas ao pormenor, tenha sempre inculcado um cariz pessoal. E, finalmente, pelo facto dos participantes deste estudo representar em um grupo muito restrito dos elementos da PSP e por ser de fácil associação a identidade dos mesmos, foi necessário criar estratégias para contornar esta questão. Sendo

assim, o cargo desempenhado por cada participante foi distribuído em dois tipos de serviço. Ou seja, os agentes, da patrulha ou das equipas de proximidade, os chefes e os oficiais com cargos de comando passaram a estar enquadrados no tipo de trabalho operacional. Os cadetes, aspirantes e agentes com trabalho de secretaria foram enquadrados no trabalho não operacional. Para garantir, ainda com mais precisão, esta questão da confidencialidade as idades foram agrupadas por intervalos de 10 anos.

Como foi possível perceber, ao longo das pesquisas para a elaboração deste estudo, a literatura existente acerca da perceção das questões de género na Polícia, em contexto nacional, revelou-se escassa o que induz à pertinência da realização de mais estudos, inclusivamente de um que suporte uma amostra extensa o suficiente que nos permitisse obter resultados representativos da PSP.

Para findar, neste estudo denota-se que a evolução dos tempos permitiu também uma evolução de mentalidades e aquela que outrora estaria submetida a um papel secundário, expugnou de facto, e saiu-se vitoriosa nesta contenda de géneros conquistando autonomia, respeito e individualidade.

Referências

- Afonso, J.; Leal, I. (2007). Masculino e feminino. Um estudo das representações do género. Lisboa.
- Almeida, I. & Amâncio, L. (2008). Assimetria Simbólica na Investigação Criminal, Percursos da investigação em psicologia social e organizacional (pp.319-334); Lisboa: Colibri
- Amâncio, Lúcia (1994), Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença, Porto, Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. B., & Lima, M. L. (1994). Assédio Sexual no Mercado de Trabalho. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.
- Balkin, J. (1988). Why policemen don't like policewomen. *Journal of Police Science and Administration*, pp. 29-38. doi: 10.1177/1557085108327659.
- Bandura, A. (1971). Psychological Modeling: *Conflicting theories*. In A. Bandura (Ed). Chicago, Aldine-Atherton.
- Begonha, Mário B. (1992). Papel da Motricidade Humana na Definição do Perfil Sociológico do Oficial de Polícia, Escola Superior de Polícia (Ed.), Lisboa
- Berger, P. (1978). Perspetivas Sociológicas. Uma visão humanística, Petrópolis, Rio de janeiro: Vozes
- Berger, B. & Budnick, K. (1986). Defeminization of women in law enforcement: A new twist in the traditional police personality. *Journal of Police Science and Administration*, pp. 314-319, Rio de janeiro.
- Beverly, M., Gavin D. (2002). Women in Management Review, 17, pp. 392.
- Biaggio, A.(1985). Psicologia do Desenvolvimento , Petrópolis: Vozes
- Blau, G.J. (1985). The measurement and prediction of career commitment. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 58 (4), pp. 277-288.
- Bourdieu, P.O. (1998). Poder Simbólico, 2ª Edição. Rio de janeiro, Brasil: Bertrand.
- Bourdieu, Pierre. (2007). O poder simbólico, 10ª Edição. Rio de janeiro Brasil: Bertrand.

- Bretas, Marcos Luiz. (1997). Observação sobre a falência dos modelos policiais. *Revista de sociologia da USP Tempo social*. Vol. 1 (1), São Paulo.
- Brown, J. (1998). Aspects of discriminatory treatment of women police officers serving in forces in England and Wales. *British Journal of Criminology*, 38 (2), pp. 265-282. England.
- Brown, J. & Campbell, E. (1994). Stress and policing: *Sources and strategies*. England.
- Burke, R. & Mikkelsen, A. (2005). Gender sigues in policing: Do they matter? *Employee Relations* ,20 (2), pp. 133-143.
- Calazans, Márcia Esteves (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. 18(1), pp.142-150, São Paulo. Retirado a 25 de outubro de 2013 de: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22236.pdf>
- Caldeira, M. (2004). Confronto com a morte na atuação policial – estudo exploratório (Dissertação de Licenciatura do Curso de Formação de Oficiais de Polícia) Instituto Superior de Ciências Policiais e segurança Interna. Lisboa.
- Carmo Hermano e Ferreira, Manuela M., (2009). Metodologia de Investigação – *Guia para Autoaprendizagem*, 2.ª Edição, pp. 231, Lisboa.
- Carlier, I. V. E., Lamberts, R. D., & Gersons, B. P. R. (2000). The dimensionality of trauma: A multidimensional scaling comparison of police officers with and without posttraumatic stress disorder. *Psychiatry Research*, 97, pp. 29-39.
- Carreiras, H. (1997). Mulheres nas forças armadas portuguesas. Lisboa: Edições Cosmos.
- Charles, M.T. (1982). Women in policing: The physical aspect. *Journal of Police Science and Administration*, pp. 194-205, London. Retirado a 28 de novembro de 2012 de <http://www.homeoffice.gov.uk/rds/rf2000.html>
- Chaves, Carlos Henrique Pinheiro (1997). “Comando e Liderança”, Escola Superior de Polícia, Lisboa
- Clemente, Pedro José Lopes. (2000). A feminização da Polícia. Dissertação de Licenciatura. Manuscrito não publicado, Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, (123), pp.21-22, Lisboa.
- Cunha, P. (2004). Prevenção e gestão do stress na Polícia de Segurança Pública: A função do suporte social interno. (Dissertação Final da Licenciatura em Ciências Policiais.

- 16º Estágio do Curso de Formação de Oficiais de Polícia). Instituto Superior de Ciências Policiais e de Segurança Interna, Lisboa.
- Dantzer, M. L. (1987). Police related stress: A critique for future research. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 3, pp. 43-48.
- de Toulouse (Ed.), pp. 18 - 20, Toulouse.
- Diamond, M. (2002). Sex and gender are different: Sexual identity and gender identity are different. *Clinical Child Psychology & Psychiatry*, 7 (3), pp. 320-334.
- Dowler, Kenneth; Arai, Bruce (2008). Stress, gender and policing: the impact of symptoms of stress perceived gender discrimination on symptoms of stress. Department of Contemporary Studies, Wilfrid Laurier University-Brantford, 73, George St, Brantford, Ontario, Canadá. doi.org/10.1350/ijps.2008.10.2.81
- Durão, Susana. (2004). Quando as Mulheres Concorrem e entram na Polícia: A Ótica Etnográfica. 3 (1), pp. 73 – 76. Lisboa: Etnográfica.
- Filho, Amílcar Torrão. (2005). Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. (24), pp.127-152. Brasil : Cadernos pagu.
- Manuel Vaz Freixo, Metodologia Científica - Fundamentos Métodos e Técnicas, 3.^a edição, Lisboa pp. 109.
- Foucault, Michel. (1986). A arqueologia do saber. Universitária Forense, Rio de Janeiro.
- Frone, M. R., Russell, M., & Cooper, M.L. (1992). Antecedents and outcomes of work-family conflict: Testing a model of the work-family interface. *Journal of Applied Psychology*, 77, pp.65-78.
- Gonçalo, Helena; Gomes, A. Rui; Barbosa, Fernando e Afonso, Jorge. (2010). Stresse ocupacional em forças de segurança: Um estudo comparativo, 28(1), pp. 165-178. Porto: Psicológica
- Hagen, Acácia M. M. (2005). O trabalho de policial: estudo da Polícia civil do estado do Rio Grande do Sul. (Dissertação de doutoramento no âmbito da pós graduação em Sociologia). Porto Alegre.

- Harrington, P., Lonsway, K., Sheller, A., Aguilar, S., Koenig, E., Smeal, E. Spillar, K. (2001). Equality denied. The status of women policing. Division of the Feminist Majority Foundation. National Center for Women & Policing.
- Heidensohn, F. (2003). Gender and policing. In T. Eds Newbur, *Handbook of Policing*, pp. 552-568, UK: Willan Publishing
- Horta, M.; Mendes ,R.;Oliveira ,R.(2009) Introdução à Psicologia do Tráfego Coleção., Competências Humanizada, ISPA, Lisboa
- Ivkovic, S. K. A. (2008). Comparative study of public support for the police. *International Criminal Justice Review*, (18) 4, 406-434.
- Jackson, L. D. (1997). Regional Police Service, Dalhousie University, Nova Escócia: Halifax.
- Jex, S. M., & Crossley, C. D. (2005). Organizational consequences. In J. Barling, E. K. Kelloway, & M. R. Eds Frone (Eds.), *Handbook of work stress* pp. 575- 599.
- Kant de Lima, roberto. (1997). Policia e exclusão na cultura judiciária. *Revista brasileira de ciências sociais*. 9 (1), pp. 169-183, São Paulo.
- Kohlberg, L. (1966). A Cognitive-Developmental Analysis of Children's Sex-role Concepts and Atittudes, Maccoby, E. *The Development of Sex Differences*, pp. 67-78, Califórnia: Stanford Univ Press,
- Lamber, Julia C. (2001). Gender and Intercollegiate Athletics: Data and Myths. *Faculty Publications*. Retirado a 23 dezembro de 2012 de <http://www.repository.law.indiana.edu/facpub/466>
- Laqueur, Thomas. (1994). La construcción Del sexo: *cuerpo y género desde los griegos hasta Freud*. Madrid.
- Lonsway, K., Moore, M., Harrington, P., Smeal, E. & Spillar, K. (2003). Hiring & retaining more women: The advantages to law enforcement agencies. National Center for Women & Policing: Division of the Feminist Majority Foundation. 9(4), pp. 112-120.
- Retirado a 3 de janeiro de 2013 de: <http://pipss.revues.org/50>.
- Lopes, C. S. (2010). Por que os brasileiros desconfiam da polícia? Uma análise das causas de desconfiança na instituição policial, 7º encontro da ABCP.
- Lorber, Judith. (2010). Gender Inequality. Oxford University Press. Oxford

- Lord, L.K. (1986). A comparison of male and female peace officers' stereotypic perceptions of women and women peace officers. *Journal of Police Science and Administration*, 14, 83-97.
- Malach-Pines, A., & Keinan, G. (2006). Stress and burnout in Israeli border police. *International Journal of Stress Management*, 13(4), pp. 519-540.
- Moldovan, E. (2009). The bad news bearers: The most difficult assignment in law enforcement. ProQuest, Retirado de: <http://www.csa.com/discoveryguides/discoveryguides-main.php>
- Neckel, Roselane. (2004). Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas. (Tese Doutorado em história), São Paulo.
- Nicholson, Linda. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos*, 8(2), pp. 9 -41.
- Oliveira, P., Bardagi, M. (2009). Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. 59, pp. 131 -166. Brasil.
- Ordem de Serviço N.º115, Polícia de Segurança Pública de Lisboa, 25 de abril de 1930. Alistamento e instrução das novas Guardas da PSP, N.º 208, novembro/dezembro 1971, pp. 3 e 4.
- Parsons, T. (1964). Age and sex in social structure. *The family, its Structure and Functions*. pp. 108-115, New Yor: St. Martin Press.
- Prenzler, T. (1995). Equal employment opportunity and policewomen in Australia. Australian and New Zealand, *Journal of Criminology*, 28(3), pp.258-77. Australia.
- Prenzler,T.(1996). School of Justice Administration, Griffith University Queensland; Paper presented at the Australian Institute of Criminology Conference: First Australasian Women Police Conference Sydney, pp. 29-30 .
- Ramos, Maria Bernardete. (2002). O Brasil dos meus sonhos: feminismo e modernismo na utopia de Adalzir Bittencourt. *Estudos Feministas*, 10, pp.11-37. Brasil.
- Ribeiro, Liliana. (2010). PSP: Adaptação e integração profissional dos elementos femininos com funções policiais.(Dissertação de mestrado em ciências policia). Instituto Superior de ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Rothmann, S. & Rensburg, P. (2001). Psychological strengths, coping and suicide ideation in the South African Police Services in the North West Province.. (Artigo apresentado na 4ª Conferência Anual da Society for Industrial Psychology).

Retirado a 17 de maio de:

http://www.workwellness.co.za/Pages/Papers/paper4_2001.pdf.

- Sacramento, L. (2007). Polícia e gênero: percepções de delegados e delegadas da polícia civil do Rio grande do sul acerca da mulher polícia, dissertação de pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do sul e Instituto de Filosofia de Ciências Humanas; pp. 17, Porto Alegre.
- Santo, Espírito. (2010). Introdução à Metodologia das Ciências Sociais - Gênese, Fundamentos e Problemas. pp 2, Lisboa.
- Seligmann-Silva, E. (1994). Desgaste mental no trabalho dominado. São Paulo: Cortez.
- Scott, J. W. (2007). Gender : A Useful Category of Historical Analysis Gender : A Useful Category of Historical Analysis. *The American Historical Review*, 91(5), pp. 1053–1075.
- Scott, Joan. (1992) História das mulheres. A escrita da história, Novas perspectivas Unesp. pp.64-78.,
- Scott, Joan . (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20(2), pp. 71-99. (Obra original publicada em 1986).
- Skolnick, Jerome H. e Bayley David H. (2006). Policiamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo 6, Brasil: Edições USP
- Soeiro, C. (1997). A seleção de pessoal e a eficácia nas organizações policiais : Reflexões sobre a realidade da Polícia Judiciária Portuguesa. *Polícia e Justiça*, 8(2), pp.117-132.
- Soihet, Rachel. (1997). Violência Simbólica. Saberes Masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, 5, pp.7-29.
- Spence, Helmreich & Stapp (1973). The Personal Attributes Questionnaire: A measure of sex-role stereotypes and masculinity-femininity. *JSAS Catalog of Select Documents in Psychology*, pp. 43-44.
- Stratton, Barbara Tracy (1986), Integration women into law enforcement, in Yuille, John C., Police selection and training. The role of Psychology, Series D: Behavioural and Social Sciences, 30, Dordrecht, Martinus Nijhoff (Eds), pp. 307 – 324.
- Sternberg, R. (2000). Psicologia Cognitiva. *Artmed Periódicos*, pp.110 – 125

- Stewart, A.J. & McDermott, C. (2004). Gender in psychology. *Annual Review of Psychology*, 55, pp. 519-544.
- Stoller, Robert J. (1968). Sex and gender. Science House, p.86, New York.
- Thébaud, Françoise. (1995). A grande guerra. O triunfo da divisão sexual. *História das mulheres no Ocidente (O século XX)*, 5, pp.68. Porto: Afrontamento, Ebradil.
- Torrente, Diego. (1997). La sociedad policial: poder, trabajo y cultura en una organización local de policía. Madrid, CIS.
- Vaz Serra, A. (2002). O stress na vida de todos os dias. 2ª edição. Coimbra: Gráfica de Coimbra
- Violanti, J. M., Andrew, M. E., Burchfiel, C. M., Dorn, J., Hartley, T., & Miller, D. B. (2006). Posttraumatic stress symptoms and subclinical cardiovascular disease in police officers. *International Journal of Stress Management*, 13, pp. 541-554.
- Wertsch, T. L. (1998). Walking the thin blueline: Policewomen and tokenism today. *Women and Criminal Justice*, 9(3), pp.52-61
- Waddington, P. A. J. (1998). Both Arms of the Law: Institutionalised Protest and the Policing of Public Order.
- Wexler, J. G., & Logan, D. D. (1983). Sources of stress among women police officers. *Journal of Police Science and Administration*, 11, pp.46-53
- Wilkinson, V., & Froyland, I. D. (1996). Women in Policing. Australian Institute of Criminology: Trends & Issues in crime and criminal justice. Australia
- Zemon Natalie. (1974). Women's History in Transition: *The European Case*. *Feminist Studies*, 3(4), pp. 83-103.

Anexo A

Questionário

Perceção das questões de género em contexto policial:
Um estudo exploratório na Polícia de Segurança Pública

Este estudo exploratório qualitativo insere-se no âmbito da dissertação do Mestrado em Psicologia Forense e Criminal sendo dirigido aos elementos policiais da Polícia de Segurança Pública (designadamente PSP), cujo objetivo geral se prende por analisar a perceção das diferenças entre homens e mulheres no trabalho de polícia.

Perfil Sociodemográfico

Sexo ☐ Masculino

☐ Feminino

Idade: _____

Naturalidade: _____

Estado civil: ☐ Solteiro/a

☐ Casado/a

☐ Divorciado/a

☐ Viúvo/a

Filhos ☐ Sim N° _____ Idades: _____

☐ Não

Contexto profissional:

Classe: ☐ Agente

☐ Chefe

☐ Oficial

Tipo de serviço atual: _____

Tempo de serviço: _____

Divisão e Esquadra: _____

1. O que é para si uma força de segurança?
 - a. Aspectos positivos e negativos:
2. Quais as características que considera mais importantes no trabalho de polícia?
 - a. Diferenças entre homens e mulheres.
3. Considera, no decorrer das suas funções de polícia, estar exposto/a a situações potencialmente traumáticas ou emocionalmente exigentes?
 - a. Exemplifique
 - b. Diferenças entre homens e mulheres
4. Quais os aspetos que melhor definem o trabalho de rotina?
 - a. Aspectos positivos e negativos
 - b. Diferenças entre homens e mulheres
5. Como vê a questão do porte e uso de arma de fogo?
 - a. Aspectos positivos e negativos
 - b. Diferenças entre homens e mulheres.

6. Quais os aspetos do funcionamento interno da instituição que apresentam um impacto negativo e/ou positivo na realização do trabalho de policia?
 - a. Considera haver diferenças entre homens e mulheres?
7. Como policia, quais os aspetos que melhor definem a sua relação com a comunidade?
 - a. Diferenças entre homens e mulheres?
8. Como gere as relações sociais (amigos, conhecidos)?
 - a. Denota diferenças e semelhanças entre homens e mulheres?
9. O que tem a dizer acerca da gestão trabalho – casa?
 - a. Semelhanças e/ ou diferenças entre homens e mulheres.
10. Homens e mulheres têm as mesmas oportunidades de ascensão de carreira?
 - a. Especifique.

Obrigado pela sua atenção

Anexo B

Monte de Caparica, 2013

Exmo.(a) Sr.(a),

No âmbito da Unidade Curricular do Seminário de Dissertação do Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, sob a orientação da Professora Doutora Cristina Soeiro, solicita-se autorização para a participação num estudo exploratório qualitativo acerca da Perceção das questões de género em contexto policial: Um estudo exploratório na Polícia de Segurança Pública na Policia de Segurança Pública (PSP) com o objetivo geral de analisar a perceção das diferenças entre homens e mulheres no trabalho de polícia na Polícia Segurança Pública (designadamente PSP).

A participação neste estudo é voluntária. A sua não participação não lhe trará qualquer prejuízo.

Este estudo pode trazer benefícios tais como o enriquecimento de conhecimentos da área de formação e o alcançar mais um desafio nesta área de interesse que permitirá concluir uma nova etapa académica.

A informação recolhida destina-se unicamente a tratamento estatístico e/ou publicação e será tratada pelo orientador e/ou pelos seus mandatados. A sua recolha é anónima e confidencial.

(Riscar o que não interessa)

ACEITO/NÃO ACEITO participar neste estudo, confirmando que fui esclarecido sobre as condições do mesmo e que não tenho dúvidas.

(Assinatura do participante ou, no caso de menores, do pai/mãe ou tutor legal)

(Assinatura do(s) orientador(es))